

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA - ICSEZ**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**FERNANDO GONÇALVES MODESTO**

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO LICEU DE ARTES E OFÍCIO DE**  
**PARINTINS: ESTRATÉGIAS DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DOS/AS**  
**USUÁRIOS/AS**

**PARINTINS-AM**

**2025**

**FERNANDO GONÇALVES MODESTO**

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO LICEU DE ARTES E OFÍCIO DE  
PARINTINS: ESTRATÉGIAS DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DOS/AS  
USUÁRIOS/AS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Serviço Social da Universidade Federal  
do Amazonas (UFAM), como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Ma<sup>a</sup> Marklize dos Santos Siqueira

**PARINTINS-AM**

**2025**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

M691t Modesto, Fernando Gonçalves  
O trabalho do assistente social do Liceu de Artes e Ofício de Parintins: estratégias de efetivação de direitos dos/as usuários/as / Fernando Gonçalves Modesto. - 2025.  
75 f. : il., p&b. ; 31 cm.

Orientador(a): Marklize dos Santos Siqueira.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins, Curso de Serviço Social, Parintins, 2025.

1. Trabalho. 2. Serviço Social. 3. Cultura. 4. Capitalismo. 5. Liceu de Artes . I. Siqueira, Marklize dos Santos. II. Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins. Curso de Serviço Social. III. Título

---

**FERNANDO GONÇALVES MODESTO**

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO LICEU DE ARTES E OFÍCIO DE  
PARINTINS: ESTRATÉGIAS DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DOS/AS  
USUÁRIOS/AS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Serviço Social da Universidade Federal  
do Amazonas (UFAM) como requisito final para  
obtenção do grau de título Bacharel em Serviço  
Social.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 02/12/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Ma.<sup>a</sup> Marklize dos Santos Siqueira – ICSEZ/UFAM  
Orientadora

---

Prof. Ma.<sup>a</sup> Josiara Reis Pereira – ICSEZ/UFAM  
Avaliadora

---

Prof. Ma.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Ferreira da Silva – CREP/SEDUC-AM  
Avaliadora

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer à minha família pelo apoio nesta caminhada acadêmica. Eles me ajudaram, acreditaram em mim e me motivaram a continuar meus estudos na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Em especial, agradeço aos meus pais, Elaine Seixas Gonçalves Modesto e Marlon Azedo Modesto, e aos meus irmãos, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e apoiando na minha formação profissional. Também ao meu namorado, Luis Henrique Azevedo Fonseca, que me acompanhou e observou durante meus estudos.

Agradeço à minha professora mestra e orientadora, Marklize dos Santos Siqueira, que além de ser uma excelente orientadora, foi uma verdadeira amiga. Ela foi fundamental na elaboração deste trabalho. Muitíssimo obrigada, professora!

Ao Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, que me transmitiu o conhecimento científico essencial para a conclusão deste trabalho. Agradeço aos professores mestres e doutores que contribuíram de forma efetiva com seus conhecimentos, por meio de debates teóricos e uma visão crítica da realidade que vivenciamos no dia a dia em sala de aula, proporcionando a base para a concretização deste trabalho e criando um novo debate para o Serviço Social.

Agradeço aos supervisores e profissionais de Serviço Social do Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro – Unidade Parintins, pelo carinho ao me receber como estagiário e pesquisador de campo, e pelo apoio na realização da minha pesquisa. Vivenciei experiências valiosas na observação do trabalho desses profissionais nas demandas sociais, onde tivemos uma troca de conhecimentos que construímos desde o primeiro até o último estágio.

Aos meus colegas e amigos/as do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, que compartilharam comigo muitos conhecimentos teóricos em sala de aula e experiências da realidade fora dela. A amizade que construímos, dentro e fora da universidade, é muito valiosa.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que ajudaram e me apoiaram na construção deste trabalho e na minha formação acadêmica.

Muito obrigado.

*“Não existe educação sem cultura e nem cultura sem educação.”*

(Gilberto Dimenstein).

## RESUMO

A pesquisa teve como o objetivo discutir trabalho dos/as assistentes sociais no Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro, visando viabilizar os direitos básicos dos/as usuários/as atendidos/as, tendo como sujeitos da pesquisa os/as assistentes sociais que atuam no Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro e os/as usuários/as atendidos pelo Setor de Serviço Social, utilizando como instrumentos de entrevistas e observação. O objetivo é analisar o trabalho dos/as assistentes sociais no campo da cultura, suas condições de trabalho e sua contribuição aos usuários matriculados nos cursos do Liceu. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa de campo, bibliográfica e documental, com uso de diário de campo de estágio. Utilizou-se a abordagem da teoria crítica para a análise dos dados encontrados, abordando as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e suas formas de intervenção, como: o controle e sigilo dos registros, a proteção de crianças e adolescentes, prevenção e trabalho em rede. Os/as usuários/as relatam a excelência do atendimento dos/as profissionais de assistência social no Liceu de Artes, contribuindo no sentido de refletir sobre a atuação dos/as assistentes sociais na política de cultura e promovendo o desenvolvimento, o bem viver e a permanência dos/as usuários/as no acesso à cultura.

**Palavras-chave:** Trabalho; Serviço Social; Cultura; Capitalismo; Liceu de Artes.

## **The Work of the Social Worker at the Arts and Crafts High School of Parintins: Strategies for the Realization of Users' Rights**

**Abstract:** The research aimed to discuss the work of social workers at the Claudio Santoro Arts and Crafts High School, seeking to ensure the basic rights of the users served. The subjects of the research were the social workers working at the Claudio Santoro Arts and Crafts High School and the users served by the Social Work Department, using interviews and observation as instruments. The aim is to analyze the work of social workers in the field of culture, their working conditions, and their contribution to users enrolled in the school's courses. Methodologically, it was a field, bibliographic, and documentary research, using a field diary from the internship. The approach of critical theory was used to analyze the data found, addressing the working conditions of social workers and their forms of intervention, such as the control and confidentiality of records, the protection of children and adolescents, prevention, and network collaboration. Users report the excellence of the social work professionals' service at the School of Arts, contributing to reflecting on the role of social workers in cultural policy and promoting development, well-being, and the continued access of users to culture.

**Keywords:** Work; Social Service; Culture; Capitalism; Arts High School.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeiro Liceu de Artes fundado no Rio de Janeiro no ano de 1856.....	51
Figura 2 – Frente ao Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro – Unidade Parintins.....	56
Figura 3 – Sala de atendimento do Serviço Social do LAOCS.....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Ministério da Cultura - MinC

Plano Nacional de Cultura - PNC

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM

Agência Nacional do Cinema - ANCINE

Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB

Fundação Cultural Palmares - FCP

Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

Fundação Biblioteca Nacional - FBN

Conselho Superior de Cinema - CSC

Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC

Comissão do Fundo Nacional da Cultura - CFNC

Política Nacional Aldir Blanc - PNAB

Lei Paulo Gustavo - LPG

Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro - LAOCS

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I - CAPITALISMO, TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL</b> ..	15
1.1 O Trabalho enquanto uma atividade humana, física e seus instrumentos.....	15
1.2 O desenvolvimento do capitalismo no contexto latino-americano e brasileiro: as peculiaridades étnico-raciais da classe trabalhadora.....	18
1.3 A era do capital monopolista, o modo de produção toyotista e a mundialização da economia .....	20
1.4 Serviço Social e o mundo do trabalho .....	25
1.4.1 O trabalho do Serviço Social: na contribuição dos direitos dos/as usuários/as.....	28
1.4.2 A renovação e transformação na prática profissional do Serviço Social .....	29
1.4.3 O trabalho do/a assistente social na área da cultura .....	33
<b>CAPÍTULO II – CULTURA E SUA AÇÃO TRANSFORMADORA, FUNDAMENTO DA IDENTIDADE E CRIATIVIDADE NA SOCIEDADE</b> .....	36
2.1 A importância da cultura para a sociedade: a manifestação da diversidade social e identidade cultural .....	36
2.2 Cultura no capitalismo: dinâmicas econômicas e produção cultural	39
2.3 Cultura no Brasil e o processo de criação da Política Nacional de Cultura.....	42
2.4 Política de Cultura do Amazonas: a criação da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa .....	48

<b>CAPÍTULO III – A CRIAÇÃO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIO NO BRASIL.....</b>	<b>51</b>
3.1 O surgimento do Liceu de Artes e Ofício no Brasil e no Amazonas .51	
3.2 O surgimento do Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro – Unidade Parintins em 2013.....	56
3.3 As condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais e suas formas de intervenção no Liceu de Artes e Ofício de Parintins.....	58
3.4 Formas de intervenção dos/as Assistentes Sociais no Liceu de Artes e Ofício de Parintins .....	63
3.5 Investigação da contribuição da atuação dos/as Assistentes Sociais juntos aos/as usuários/as que participam dos cursos do Liceu.....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>75</b>
<b>REFÊRENCIAS.....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICE I.....</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o Trabalho dos/as Assistentes Sociais no Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro, enfocando as condições, as formas de atuação e a contribuição desses profissionais na política de cultura. É importante atender as demandas sociais encaminhadas ao setor de Serviço Social, que envolvem direitos dos/as usuários/as (alunos/as, pais/responsáveis e trabalhadores). O Objetivo é visibilizar o acesso à permanência, aos direitos à saúde e a educação, além de oferecer suporte clínico, contribuindo para os direitos e a permanência dos/as alunos/as nos cursos oferecidos. A pesquisa visa promover o desenvolvimento e a inclusão do público, monitorando o cuidado e o bem-viver dos/as trabalhadores/as no espaço educacional e cultural.

O Serviço Social na instituição do Liceu de Artes é essencial para fortalecer a rede de proteção dos/as usuários/as que estão inseridos na instituição. A atuação desses profissionais no Liceu envolve lidar com as demandas que são encaminhadas à sala de Serviço Social, dialogando com os/as alunos/as e realizando estudos de caso para criar procedimentos que intervenham nas necessidades identificadas. Além disso, desenvolvendo projetos e palestras para debater temas relevantes sobre a inclusão das pessoas no ambiente de trabalho.

A escolha deste tema está vinculada ao processo de inserção no campo de estágio, das experiências e observações a serem feitas durante o campo de estágio Supervisionado em Serviço Social 1, 2 e 3, os/as Assistentes Sociais estão disponíveis de manhã, à tarde e à noite na sala do Serviço Social, para atender os/as usuários/as (alunos/as, pais/responsáveis e trabalhadores/as da instituição educacional e cultural).

A importância de pesquisar sobre o trabalho dos/as Assistentes Sociais reside na contribuição desses profissionais para garantir que os/as estudantes tenham acesso à permanência nos cursos oferecidos pelo Liceu de Artes, promovendo o bem-estar. Ao investigar as condições socioeconômicas e emocionais, eles conseguem identificar necessidades específicas e implementar intervenções que melhoram a qualidade de vida dos alunos/as, garantindo os direitos dos/as estudantes e suas famílias em situações de necessidade (atendimentos, escuta ativa, orientação e encaminhamentos), favorecendo a permanência dos/as alunos/as nas aulas dos cursos oferecidos pelo Liceu, buscando soluções adequadas para cada caso atendido, juntamente mantendo o sigilo profissional, conforme consta na Lei 8.662/93 no Art. 15° e 16°.

Diante disso, este projeto teve como questão central: de que maneira o trabalho desenvolvido pelos/as Assistentes Sociais que atuam no Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro – Unidade Parintins, contribuem para a efetivação dos direitos dos/as usuários/as? Para tanto, teve o seguinte objetivo geral: analisar o trabalho dos/as Assistentes Sociais que atuam no Liceu de Artes e Ofícios de Parintins e suas contribuições para a efetivação dos direitos dos/as usuários/as. E os seguintes objetivos específicos: 1) Caracterizar a política de cultura bem como conhecer a organização do Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro – Unidade Parintins; 2) Conhecer as condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais e suas formas de intervenção e 3) Investigar a contribuição da atuação dos/as Assistentes Sociais junto aos usuários/as que participam dos cursos do Liceu.

Para a realização desta pesquisa a metodologia utilizada englobou observações diretas, entrevistas e o uso do diário de campo de estágio. A pesquisa é qualitativa, compreendendo o fenômeno social em que está sendo observado. Esta pesquisa é composta por uma abordagem mista, abrangendo pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, com o objetivo de compreender a atuação dos/as assistentes sociais no Liceu e dos/as usuários/as em relação ao atendimento na instituição. Conforme proposto por Minayo (2009), a pesquisa qualitativa, propõe uma metodologia que valoriza a compreensão do fenômeno social em seu contexto, envolvendo a interpretação das experiências e significados que os indivíduos atribuem a suas vivências. Minayo (2009), afirma que: O pesquisador deve adotar um olhar atento e crítico, utilizando diversas técnicas de coleta de dados, com entrevistas, discussões em grupo e observação participante.

Os sujeitos da pesquisa são os/as 3 (três) assistentes sociais que atuam no Liceu de Artes e por alunos/as usuários/as que já haviam sido atendidos/as pelo Setor de Serviço Social. A escolha dos/as usuários/as considerou como critério a experiência prévia de atendimento, de modo a possibilitar a avaliação do trabalho profissional desenvolvido.

A observação permitiu apreender aspectos do Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro e da atuação profissional dos/as assistentes sociais. As entrevistas, de caráter semiestruturado, possibilitaram a coleta de informações sobre a percepção dos/as profissionais e dos/as usuários/as acerca do atendimento prestado. O diário de campo foi utilizado como instrumento de registro sistemático das observações, reflexões e

experiências vivenciadas durante o estágio, contribuindo para a análise crítica da realidade estudada.

Para fins didáticos, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, realiza-se uma reflexão sobre o trabalho como uma atividade humana e física, que requer habilidades e conhecimentos para produzir resultados, além de uma análise do trabalho no capitalismo, onde este se encontra sob o poder da exploração, contribuindo para as crescentes desigualdades sociais. No segundo capítulo, são apresentados debates sobre a cultura no Brasil como identidade histórica, destacando que cada região possui sua própria cultura, e sobre o planejamento e execução do Ministério da Cultura (MinC), da Secretaria da Cultura e Economia Criativa e da Secretaria da Cultura Municipal. No terceiro capítulo, expõem-se os resultados das análises do campo de atuação dos/as assistentes sociais na política de cultura, especificamente no Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro. Inicialmente, traz-se a história do surgimento do Liceu de Artes no Brasil, no Amazonas e no município de Parintins, abordando o trabalho dos/as assistentes sociais, suas condições e contribuições para os/as usuários/as atendidos no setor de Serviço Social. Nas considerações finais, discute-se a importância da pesquisa para debater a atuação dos/as assistentes sociais na política de cultura, como uma estratégia para futuras pesquisas sobre a atuação desses profissionais na área cultural, visando à viabilização dos direitos básicos e ao acesso à cultura no campo de estágio estudado.

## **CAPÍTULO I CAPITALISMO, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL**

O presente capítulo busca abordar sobre o desenvolvimento do trabalho em meio a sociedade capitalista monopolista, discutindo sobre o surgimento do trabalho como atividade humana e física até os tempos contemporâneos. Neste sentido, compreende-se que, em detrimento do capitalismo, surge a exploração sob o poder, onde vamos identificar as expressões da questão social. Assim, o Serviço Social busca compreender, que a exploração e a precarização do trabalho surgem sob o poder do capitalismo, juntamente com os autores teóricos e críticos, busca-se respostas às crescentes desigualdades sociais geradas pela industrialização e urbanização. Desde então, a profissão se transformou, assumindo as demandas sociais e políticas da classe trabalhadora que no contexto latino-americano e brasileiro é radicalizada, mostrando como é essencial contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

### **1.1 O trabalho enquanto uma atividade humana, física e seus instrumentos**

O trabalho é uma atividade humana que envolve aplicação de esforço físico ou mental para produzir bens, serviços ou valor, para alcançar um objetivo ou produzir algo específico. Antunes (2004), afirma que o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de se apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida.

Essas atividades não se limitam apenas ao aspecto produtivo, pois, também reflete relações sociais complexas, sendo uma das principais formas de interação entre os indivíduos e o meio em que vivem. Essas interações são influenciadas por fatores culturais e econômicos, que moldam a forma como o trabalho é percebido e realizado. Netto e Braz (2012), afirma que o objetivo da Economia Política são as relações próprias à *atividade econômica*, que é o processo que envolve produção e a distribuição dos bens que satisfazem as necessidades individuais ou coletivas dos membros de uma sociedade. Além disso, o trabalho é associado a direitos e deveres (envolvendo

responsabilidade, prazos e qualidades) o que pode ser um desafio para as pessoas. Incluindo salário, ambiente de trabalho e direitos.

Todo trabalho exige habilidades e conhecimentos para atuar em áreas específicas, exigindo práticas, que o próprio trabalhador seja capaz de resolver problemas e encontrar soluções. Conforme Netto e Braz (2012), afirma que, o trabalho passa a exigir *habilidades e conhecimentos* que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmite mediante o *aprendizado*. Além disso, o trabalhador executa tarefas procurando soluções para problemas específicos, com o objetivo de obter resultados eficazes. Para isso, é necessário identificar o problema e compreender as causas e consequências, chegando em uma solução adequada, alcançado o resultado desejado. Desenvolvendo inovação, criatividade e habilidades, que contribuem para o sucesso do próprio profissional. Segundo Marx em suas reflexões:

[...] No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são as atividades orientadas a um fim ou o trabalho mesmo, seu objetivo e seus meios (Netto e Braz, 2012, p. 43).

Em outros aspectos, o trabalho tem uma relação com a identidade pessoal. Para muitas pessoas, a ocupação ou ambiente é uma parte significativa de quem elas são. O que fazemos muitas vezes influencia nossa autoimagem e como somos vistos pela sociedade. Para valer a pena tomar como referência algumas reflexões:

Segundo Marx, citado por Netto e Braz (2012, p. 43), “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

O trabalho tem um papel crucial na mudança social, sendo um dos pilares fundamentais da vida em sociedade, não apenas proporciona os meios de subsistência, mas também desempenha um papel crucial na formação da identidade individual ou coletiva.

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica fundamental de toda vida humana (ANTUNES, 2004, p. 11).

Além disso, existe a interação social, onde as pessoas se conectam por meio do trabalho coletivo e da troca de experiências, ajudando a construir um senso de pertencimento. O trabalho permite o desenvolvimento pessoal e oferece oportunidades de crescimento, tanto pessoal quanto profissional. Isso possibilita que o indivíduo desenvolva habilidades e conhecimentos, utilizando seu próprio instrumento para executar seu serviço. Assim, ele se transforma e contribui para o desenvolvimento da sociedade, melhorando sua capacidade de atender às necessidades individuais e coletivas.

A teoria de Karl Marx, é uns dos importantes para entender a relação do trabalho, que está intimamente relacionado ao valor de uso e de troca. O valor de uso refere-se à utilidade ou benefícios que um bem ou serviço proporciona ao usuário, e é através do trabalho que esses bens e serviços são produzidos, criando assim o valor de uso. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas. (Netto e Braz, 2012, p. 43).

Existem diversas atividades com estruturas próprias, onde diferentes profissões e ocupações atuam de forma distinta na hierarquia social, em diferentes níveis ou classes. Essa hierarquia é baseada em fatores como poder, riqueza, educação e saúde. O poder refere-se ao acesso a recursos, influência e autoridade, enquanto a riqueza diz respeito à posse de bens materiais e recursos econômicos.

O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, 'actu' [de fato], força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia* [em potencial]. Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidade de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser

considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada (ANTUNES, 2004, p. 29).

## **1.2. O desenvolvimento do capitalismo no contexto latino-americano e brasileiro: as peculiaridades étnico-raciais da classe trabalhadora**

Por volta do ano de 1500, o trabalho surgiu da exploração e do trabalho forçado, especialmente com a chegada dos colonizadores europeus às Américas. Com a chegada de Pedro Álvares Cabral, iniciou-se um período de colonização que trouxe consequências devastadoras para a população indígena e africana. Os povos indígenas foram submetidos a formas de exploração e violência, enquanto os africanos trabalhavam nas plantações de açúcar, nas minas e em outras atividades econômicas. Esse sistema de exploração teve um profundo impacto na formação social, econômica e cultural do Brasil.

O surgimento do capitalismo no Brasil está intimamente ligado ao processo de colonização e à exploração das riquezas naturais e da mão de obra. A partir do século XVI, com a chegada dos portugueses, o Brasil começou a ser visto como uma colônia produtora de bens valiosos, como açúcar, ouro e café. Além disso, houve um desenvolvimento do sistema financeiro e comercial, com a criação de bancos para financiar as atividades econômicas e a expansão do comércio interno.

O capitalismo deixou impactos sociais significativos, como o crescimento de desigualdades profundas, com uma elite rica se beneficiando da exploração dos trabalhadores — tanto indígenas quanto da população negra. No entanto, a maioria da população vivia em condições precárias. O capitalismo moderno passou por uma transição em 1822, após a independência e as mudanças políticas do século XIX, quando o Brasil começou a se integrar mais ao mercado capitalista global, especialmente após a abolição da escravidão, quando novas formas de trabalho assalariado começaram a emergir. O autor Gorender (1980), afirma que o escravismo colônia constituiu um modo de produção específico, historicamente determinado, cuja base era a exploração do trabalho escravo voltada para a produção de mercadorias destinadas ao mercado externo.

No desenvolvimento do capitalismo, o trabalho mudou significativamente trazendo mudanças na industrialização, especialização, terceirização e contribuindo no trabalho precário, levando a automatização de seu próprio trabalho e habilidades e

desigualdades. O trabalho social reflete as relações de poder existentes na sociedade capitalista. A forma como o trabalho é organizado, pois perpetua as desigualdades sociais. Por isso, no contexto social, o trabalho é discutido, implicando também abordando as condições de exploração dos trabalhadores. Com isso, alguns trabalhadores são afetados mais do que outros.

A configuração do capitalismo que designamos como contemporânea inicia-se nos anos setenta do século XX e continua a ter no centro da sua dinâmica o protagonismo dos monopólios - vale dizer, o **capitalismo contemporâneo constitui a terceira fase do estágio imperialista**. Entretanto, as alterações experimentadas pela economia que o capital monopolista comanda são de tal ordem que, para caracterizá-la, até mesmo já se propôs a expressão *novo imperialismo* (Harvey) (NETTO e BRAZ, 2012, p. 223).

O capitalismo leva a mudanças na relação de trabalho, com mais trabalhadores se tornando autônomos. Com essa expressão da questão social, existem várias formas, onde a sociedade encontra várias formas de frear as desigualdades econômica e social gerada pelo capitalismo. Com efeito, a profundidade da crise que, na transição da década de sessenta à de setenta, pôs fim aos “anos dourados” levou o capital monopolista a um conjunto articulado de respostas que transformou largamente a cena mundial: mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorreram e estão ocorrendo um ritmo extremamente veloz e seus impactos sobre Estados e nações mostraram-se surpreendentes para muitos cientistas sociais (NETTO e BRAZ, 2012, p. 223).

O capitalismo leva à especialização do trabalho, com pessoas se concentrando em tarefas específicas e perdendo habilidades amplas. No capitalismo mercantilista, as formas de trabalho eram baseadas na exploração do trabalho humano para aumentar a produção e o lucro. O trabalho escravo foi uma das principais formas de exploração do trabalho humano durante o capitalismo mercantilista, onde milhares de pessoas, especificamente indígenas e africanas, foram sequestradas e forçadas a trabalhar em condições brutais em plantações, minas e outras indústrias. Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho (NETTO e BRAZ, 2012).

O trabalho assalariado também existia durante o capitalismo mercantilista, mas era limitado e muitas vezes precário, deixando os trabalhadores exaustos e sem proteção, com salários baixos. Essa exploração do proletariado foi uma das características marcantes do capitalismo, pois os trabalhadores eram submetidos a

longas horas de trabalho, condições insalubres e baixos salários, enquanto os proprietários de terras e fábricas acumulavam lucros.

O Sentido da colonização foi, desde o início, de constituir uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (Prado Júnior, 1942).

Além disso, o capitalismo mercantilista, traz consequências para muitos trabalhadores e famílias, que sofreram com doenças, lesões e prematuros devido às condições de trabalho precárias, deixando marcas profundas na sociedade contemporânea. Pois a exploração dos trabalhadores e a precarização do trabalho humano ainda é sentido.

### **1.3. A era do capital monopolista, o modo de produção toyotista e a mundialização da economia**

Na década de 1970, o trabalhador era o operário industrial, que trabalhava em fábricas de produção em massa no tempo do toyotismo, desenvolvido pelo Toyota, que surgiu como resposta às limitações do fordismo. O toyotismo, também conhecido como modelo japonês de produção, foi idealizado por Taiichi Ohno, Shingeo Shingo e Eiji Toyota entre 1948 e 1975, tendo sido implantado inicialmente no Japão, nas fábricas de automóveis da Toyota (CORIAT, 1994).

O modelo foi criado para suprir a inadequação das indústrias japonesas ao fordismo e do taylorismo, tendo em vista que um dos requisitos essenciais para o bom funcionamento de tais modelos não era preenchido pelo Japão, qual seja, a existência de um expressivo mercado consumidor, contrariamente ao que ocorria nos Estados Unidos e na Europa (CORIAT, 1994) (Porto, 2021).

O toyotismo surgiu com intuito de criar mecanismos capazes de maximizar os lucros da produção industrial por meio da eliminação de desperdícios em todas as etapas do processo produtivo, tanto no que se refere à mão de obra quanto aos insumos e bens produzidos (Porto, 2021).

Nesse contexto, o sistema toyotista fundamenta-se no princípio da melhoria contínua, segundo o qual produtos e trabalhadores devem estar em constante aperfeiçoamento para atender às novas demandas do mercado e evitar perdas decorrentes da obsolescência (Gorz, 2004; Porto, 2021).

Inicialmente, tendo sido implantado apenas nas fábricas japonesas, o modelo Toyota de produção foi fundado rapidamente nos Estados Unidos e Europa entre os anos setenta e oitenta, para superar a “crise do capital” e pela emergência do neoliberalismo.

A “crise do capital” surgiu pelo esgotamento do Estado providência ou keynesiano, no qual o Estado intervinha e regulamenta todos os setores, dentre eles o econômico. O Estado Keynesiano foi o responsável pela prosperidade econômica após a crise dos anos trinta, mas foi também a causa do colapso econômico ocorrido nos anos sessenta e setenta, quando os mercados internos deram sinais de saturação e não mais eram capazes de absorver a elevada produção impulsionada pelos modelos fordista e taylorista.

Como consequência da crise no mercado interno, as empresas e economias nacionais tiveram seu crescimento consideravelmente reduzido, se desligando do Estado e do capital. Como a grande intervenção daquele no domínio econômico era apontada como a causa da crise instalada, acordou-se que o Estado deveria apenas assumir o papel de estimulador da competitividade, ocupando-se as próprias empresas dos investimentos que levariam ao retorno do crescimento econômico (Porto, 2021)

Os Estados, então, abriram suas economias e facilitaram a circulação de capitais, o que tornou possível que as empresas com maior potencial econômico instalassem sedes em países com grande perspectiva de consumo, cujo mercado interno ainda era inexplorado e onde os custos de produção eram muito inferiores aos da Europa e Estados Unidos. Começou-se, então, a falar em empresas multinacionais, que são originárias de certo país, mas mantêm unidades produtivas em diversos outros (Porto, 2021).

A fim de possibilitar esta mundialização da economia e garantir que os países nos quais as multinacionais estavam sendo instaladas não criaram entraves à exploração de seu mercado por empresas originárias de outras localidades, foram criados órgãos de controle econômico de âmbito internacional, como o FMI (fundo monetário internacional), a OMC (organização mundial do comércio) e o Banco Mundial. Dessa forma, restou garantido o atendimento do interesse sobretudo das empresas

norte-americanas e europeias de que a crise pela qual passavam seria superada a partir da exploração do mercado interno de países ditos periféricos (Porto, 2021)

O sistema Toyota de produção era incompatível com o controle, a hierarquia, o reforço à individualidade, a extrema divisão das tarefas e o desestímulo à criatividade presentes nos modelos anteriores (Porto, 2021). Com a inovação dos produtos com o intuito de acelerar e criar a necessidade de consumo, os trabalhadores não podiam apenas executar uma atividade isolada do processo produtivo, para que contribuíssem ativamente para a melhoria dos produtos feitos. Dessa forma, os trabalhadores eram exigidos, tendo criatividade, pró-atividade, espírito questionador e inovador, realizando a missão da empresa, eloquência, afinidade pelo trabalho em grupo e capacidade de adaptação. O que antes era desestimulação do fordismo e do taylorismo, o toyotismo passou a exigir as práticas e habilidades do trabalhador, incentivado, como a auto-organização no ambiente de trabalho e a autonomia.

Os operários trabalhavam em equipes, produzindo apenas o que é necessário, quando é necessário. Com isso, o toyotismo permitiu a maior flexibilidade na produção, permitindo que as empresas respondessem mais rapidamente às mudanças no mercado, encorajando os trabalhadores no processo de produção, exigindo motivação e engajamento. Para garantir a qualidade e eficiência da produção

O toyotismo apresenta-se benéfico aos empregados, na prática, deixa à sujeição máxima dos trabalhadores. A suposta redução do controle e da hierarquia preconizada pelo sistema japonês faz com que os operários fiquem exaustos em acumular as funções executoras e patronais, pois não apenas têm que se ocupar da execução dos produtos ou serviços, devendo também gerenciar seu tempo, os estoques dos materiais que serão utilizados e a qualidade do produto feito. Além disso, os trabalhadores passam a ficar submissos ao imperativo da competitividade. Pois, com a instituição do sistema de metas, o trabalhador será avaliado apenas pelo produto realizado que produziu no prazo concedido, sendo visualizado por se empenhar mais que seu colega em determinada etapa, de ter tido que se ausentar, por devido alguma doença na constância do prazo, por exemplo, ou de não ter gerenciado o tempo de que dispunha de forma satisfatória.

O objetivo do toyotismo era alcançar metas, para que os produtos sejam fabricados da melhor forma possível até o prazo. Mas vale questionar-se o toyotismo, pois acarretou a sujeição dos trabalhadores, exigindo criatividade, habilidades e prazo, o que se tornou a precarização do trabalho e das condições.

- **Hierarquia social: o poder e a exclusão como expressão da questão social**

Na análise da hierarquia social compreende-se as dinâmicas de poder e desigualdades na sociedade, trazendo consequências, privilegiando alguns grupos em detrimento de outros e exclusão de certos grupos da sociedade. A desigualdade se manifesta nas diferenças no acesso a recursos e oportunidades, enquanto outros têm a oportunidade, podendo levar a vantagens e benefícios desproporcionais. A exclusão, pode resultar nas expressões da questão social, como a pobreza, fome, miséria e na marginalização de certos grupos de pessoas na sociedade capitalista.

A hierarquia social pode ser classificada em diferentes formas, como sociedades feudais, onde a nobreza, o clero e os servos ocupavam diferentes níveis da hierarquia. Na sociedade capitalista, as classes sociais são classificadas como burguesia e proletariado. Passando a refletir nas dinâmicas de poder e desigualdades em diferentes sociedades.

A precarização e o trabalho informal que trouxe novamente aumento de jornadas de trabalho, trabalho infantil, salários diferenciados entre homens e mulheres e trabalho semi-escravo ou escravo. O trabalho é marcado pela área industrial foi marcada pela revolução industrial, que trouxe mudanças significativas nas formas de produção e no trabalho. A industrialização permitiu a produção de massa de bens, aumentando a eficiência e reduzindo custos. Além disso, levou a especialização do trabalho, com os trabalhadores se concentrando em atividades específicas.

- **Sociedade contemporânea: novos meios tecnológicos no mundo do trabalho**

A área moderna é caracterizada por mudanças em novas formas de trabalho, seja na tecnologia, economia e sociedade. Pois é marcada pelos avanços das tecnologias, que permite a conexão entre empresa e mercados em todo mundo, aumentando a competição e a cooperação. Esses avanços tiveram influência nas mudanças nas formas de trabalho, desenvolvendo novas habilidades e criatividade.

Na sociedade moderna, o trabalho está ainda mais complexo e multifacetado, refletindo nas mudanças tecnológicas, sociais e econômicas que contribuem para o mundo contemporâneo. O avanço da tecnologia revolucionou a forma como trabalhamos, onde estão mudando a forma das atividades e a natureza do trabalho em

si. Muitas tarefas rotineiras estão sendo automatizadas, exigindo que os trabalhadores inovem os novos conhecimentos e habilidades, para se adaptar a um ambiente em constante mudança.

O trabalho está cada vez mais inserido em uma economia social e global, onde os profissionais frequentemente podem interagir ou colaborar com colegas de diferentes partes do mundo, trazendo também desafios ou oportunidades em diferentes áreas de trabalho. Esta dinâmica não apenas enriquece a troca de conhecimentos e experiências, mas também exige que os profissionais desenvolvam habilidades interculturais e adaptabilidade, fundamentais para navegar em um cenário tão diversificado e em constante transformação.

Existem as flexibilidades do trabalho, onde o trabalho passa a ser remoto. No ano de 2020, a pandemia da COVID-19 acelerou, o que afetou as formas de trabalho, passando a ser remoto e modelos mais flexíveis. Isso transformou a dinâmica do local de trabalho, permitindo que as pessoas trabalhem em casa, levando questões sobre equilíbrio entre vida profissional e pessoal e isolamento social. O trabalho visa promover o bem-estar, a equidade e justiça social, buscando reduzir desigualdades e garantir direitos básicos a todos os cidadãos.

A importância do trabalho no contexto social, é uma ferramenta para o desenvolvimento pessoal e comunitário, pois o ser social adquire não apenas habilidades, mas também o compromisso e responsabilidade em sua atuação. O trabalho é uma atividade multifacetada que vai além da troca de esforço, que é ligado a fonte de riqueza, pois é a condição básica e fundamental de toda vida humana (ANTUNES, 2004, p. 11). Pois é fundamental para a convivência humana, capaz de promover mudanças na vida das pessoas e na estrutura da sociedade. Ao compreender essa complexidade, podemos valorizar ainda mais as contribuições e deveres dos profissionais que atuam nas diversas frentes sociais na sociedade contemporânea.

O trabalho está ligado a questões sociais, como desigualdades, direitos trabalhistas e condições de trabalho. Todas essas questões são um objeto para a profissão, pois criamos intervenções como uma ferramenta para promover a inclusão social. Ao longo da história, movimentos trabalhistas têm lutado por melhores condições, igualdade e justiça social, impactando profundamente na sociedade em que vivemos

## 1.4 O Serviço Social e o mundo do trabalho

O Serviço Social é uma profissão que tem como objetivo trabalhar promovendo direitos como o bem-estar social, a justiça e a inclusão. É uma profissão que está relacionado profundamente com o mundo do trabalho, pois os/as assistentes sociais atuam em diversas áreas, como saúde, educação, habitação, assistência social e outras instituições, identificando as expressões da questão social relacionados ao emprego, à renda e à qualidade de vida. Além disso, viabilizando os direitos dos indivíduos, famílias e comunidades a superar as dificuldades e melhorar suas condições de vida.

O Serviço Social surgiu no final do século XIX e início do século XX, em um contexto de profundas transformações sociais, econômicas e políticas. O surgimento está ligado à revolução industrial, que trouxe mudanças significativas nas estruturas sociais e familiares. O aumento da urbanização, a pobreza e as condições de trabalho precárias geraram a necessidade de intervenção social.

Diversas teorias do pensamento de autores influenciaram na formação do Serviço Social, incluindo o positivismo, o funcionalismo e o marxismo. Essas teorias ajudam a moldar a compreensão das desigualdades sociais, preconceitos e a importância da intervenção social, promovendo a igualdade.

No início da formação da profissão muitos assistentes sociais trabalhavam como voluntários ou trabalhavam em instituições filantrópicas. O foco estava em ajudar os mais necessitados através de ações caritativas, sem uma abordagem sistemática ou profissional. Com o tempo, a prática do Serviço Social começou a se profissionalizar na década de 1920, surgindo as primeiras escolas, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, que começaram a oferecer a formação acadêmica para os futuros assistentes sociais.

A partir da década de 1930, a profissão se espalhou pelo mundo, incluindo países da América Latina, onde ganhou características próprias adaptadas às realidades locais. Esses fatores contribuíram para que o Serviço Social se tornasse uma profissão essencial na busca por direitos a todas as pessoas e melhorias das condições de vida das populações vulneráveis. Sendo influenciado pela teoria marxista e pela análise crítica da sociedade burguesa, o que levou a uma abordagem mais comprometida na equidade e na justiça social. A profissão se concentrou em enfatizar as questões sociais decorrentes da pobreza, das desigualdades e da exclusão social, que são características marcantes da região. Iamamoto (2010), afirma que, crescem as desigualdades e o

contingentes de destituídos de direitos civis, políticos e sociais, potenciados pelas orientações (neo)liberais, que capturam os Estados nacionais, erigidas pelos poderes imperialistas como caminho únicos para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai sobre as grandes majorias

O *propósito* que move essa análise é reunir subsídios para elucidar o significado da *questão social* em tempo capital fetiche: particularidades que assume o Brasil contemporâneo, no lastro da formação histórica brasileira, dilemas de sua qualificação teórica e seu debate no Serviço Social. Mas é também um de seus objetivos centrais *entender o exercício profissional como uma especialização do trabalho social na sociedade sob a égide do capital financeiro* com o intuito de decifrar impasses e dilemas que, nesses “tempos de aflição e não de aplausos” (Iamamoto, 2010, p. 22).

Em relação ao trabalho precário, há problemática de exploração identificada nas práticas abusivas no local, como trabalho infantil, trabalho forçado ou condições de trabalhos perigosos. Conforme é citado por Iamamoto (2010), cresce o problema central do mundo contemporâneo, sob o domínio do grande capital financeiro em relação ao capital produtivo: o desemprego e a crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores da possibilidade de inserção ou re-inserção no mercado de trabalho, que se torna estreito em relação à oferta de força de trabalho disponível. Essa redução do emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria e passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida.

Ao mesmo tempo em que se restringe às oportunidades de trabalho, o acesso ao trabalho continua sendo uma condição preliminar de sobrevivência da maioria da população, alijada de outras formas de propriedade que não seja sua capacidade de trabalho (Iamamoto, 2010, p. 87). O Serviço Social reconhece que a desigualdades sociais como as principais expressões da questão social, manifestando-se de várias formas, como pobreza, exclusão social e a falta de acesso a recursos e oportunidades.

A exploração do trabalho é uma característica comum da sociedade burguesa, onde a busca por lucro e competitividade pode levar as condições de trabalho instáveis, onde o trabalhador enfrenta sérios desafios. Uma das principais características do trabalho é a falta de estabilidade no emprego. Isso significa que os trabalhadores podem ser demitidos a qualquer momento, sem aviso prévio ou garantia de emprego futuro. Além disso, a flexibilização no trabalho pode ser uma característica do trabalho precário,

onde os/as trabalhadores são obrigados a trabalhar em horários irregulares ou a realizar tarefas fora do trabalho.

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mas as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os com as potências externas que dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é a expressão de uma história da auto-alienação humana. Resulta na progressiva reificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil. O pensamento fetichista transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos de coisas sociais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Esse caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeiro e conduz à potenciação da exploração do trabalho a sua invisibilidade e à radicalização do séquito de suas desigualdades e lutas contra as elas consubstanciadas na *questão social*, aprofundando as fraturas que se encontram na base da crise do capital (Iamamoto, 2010, p. 48 e 49).

As vulnerabilidades de certos grupos de crianças, adolescentes, mulheres e idosos, que são suscetíveis a sofrer as consequências. Que a falta de acesso a serviços básicos, saúde, educação e habitação, pode influenciar no maior índice de pobreza na sociedade. Sendo um objeto para o Serviço Social, buscando compreender essas causas e desenvolver intervenções juntos com a organização comunitária em busca de solução. As problemáticas identificadas na sociedade capitalista trazem muitas consequências para o público em geral que enfrentam diversos desafios. Constata-se, ainda, a convivência de formas de trabalho assalariado com o trabalho autônomo, doméstico, clandestino e as múltiplas expressões de precarização dos vínculos e relações de trabalho, com amplo comprometimento das conquistas e direitos trabalhistas, assim como das tradicionais estratégias de organização e luta sindical (Iamamoto, 2010, p. 86 e 87).

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, deve ser compreendido na condição de trabalho assalariado no interior da sociedade capitalista. O/a assistente social, como trabalhador/a, vende sua força de trabalho e atua mediando as expressões da questão social produzidas pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Nesse contexto, sua atuação é marcada por tensões entre as demandas institucionais, frequentemente orientadas por interesses do Estado e do capital, e o compromisso ético-político da profissão com a defesa dos direitos sociais, da cidadania e da emancipação da classe trabalhadora.

Assim, reconhecer o Serviço Social como trabalho possibilita compreender os limites e as possibilidades da prática profissional, evidenciando que a intervenção do/a assistente social não é neutra, mas historicamente situada e atravessada pelas relações de classe, pelas políticas sociais e pelas condições concretas de trabalho. Conforme citada por Iamamoto (2015), o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, respondendo às demandas postas pela sociedade capitalista.

#### **1.4.1 O trabalho do Serviço Social: na contribuição dos direitos dos usuários/as**

O Serviço Social desenvolve atendimento às pessoas da classe trabalhadora, visando o bem-estar, fornecendo apoio e orientação aos que enfrentam dificuldades, como problemas de saúde, estresse ou conflitos no local de trabalho. É uma profissão que defende os direitos dos/as trabalhadores, viabilizando que eles sejam tratados com dignidade e respeito, e que seus direitos sejam protegidos. A promoção da saúde e do bem-estar dos/as trabalhadores é prioridade para os/as profissionais de garantias de direitos, incentivando práticas saudáveis e fornecendo recursos.

O Serviço Social surge como resposta às expressões da questão social geradas pelo capitalismo e pela sociedade industrializada. Nesse contexto, a profissão emerge como uma necessidade de intervenção para abordar essas questões sociais e melhorar a qualidade de vida do público em geral, promovendo a viabilização do acesso aos direitos básicos. O ponto de partida da análise é o de que a luta pela afirmação dos direitos é hoje também uma luta contra o capital, parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de desenvolvimento social, que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 1982).

Segundo Netto (2011) a teoria de Marx é uma das referências importantes para o Serviço Social, especialmente no que diz respeito à análise das relações sociais e das estruturas de poder. Marx focou nas questões de classe, exploração e desigualdade, o que oferece uma base teórica para entender as condições sociais que levam à marginalização e à pobreza. A perspectiva marxista é utilizada pelos Assistentes Sociais, pois contribui em analisar as desigualdades sociais e econômicas, compreendendo como essas desigualdades afetam a vida das pessoas, incentivando uma crítica às instituições burguesas que perpetuam na contribuição das desigualdades, levando a questionar as práticas da exploração e injustiças dentro do sistema capitalista.

Para Marx chegar nesta concepção, foi feito um estudo sobre o histórico da realidade realizado por ele, de que “a sociedade burguesa contribui na desigualdade. Com todas essas análises Marx já tinha o acúmulo de teoria que o fez realizar a sua pesquisa. Marx afirma que sem esta compreensão, será impossível uma teoria social que permita oferecer um conhecimento verdadeiro da sociedade burguesa como totalidade (incluindo, pois, o conhecimento - para além da sua organização econômica - das suas instituições sociais e políticas e da cultura) (Netto, 2011).

No entanto, o Serviço Social inserido na divisão do trabalho, enfrenta desafios, como a falta de recursos, que podem limitar a eficácia das intervenções, que é preciso se adaptar por mudanças sociais e econômicas, que podem afetar as necessidades e prioridades dos/as usuários/as e comunidades. O que é necessário, exigindo o trabalho em coletivo em rede, organizações e planejamento para a garantia de direitos eficazes.

#### **1.4.2 A renovação e transformação na prática profissional do Serviço Social**

Nas décadas de 1980/90, surgiu a construção de um projeto profissional no ensino em Serviço Social, que foi aprovada na assembleia geral extraordinária da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), no Rio de Janeiro, para a uma nova proposta para o curso de Serviço Social. Para desenvolver mudanças curriculares, para forças teórica-metodológicas e ético-políticas para o Serviço Social, para contribuir na formação profissional.

Nos anos 1960 e 1970, o movimento de reconceituação do Serviço Social surgiu na América Latina, como uma resposta crítica às bases tradicionais da profissão, marcadas pelo assistencialismo, pelo tecnicismo e por uma prática voltada à adaptação dos indivíduos à ordem social vigente.

Esse movimento ocorreu em um contexto de intensas transformações sociais, políticas e econômicas, marcado pela expansão do capitalismo dependente, pelas desigualdades sociais, pela ditadura militares e pelo fortalecimento de lutas populares. Diante disso, assistentes sociais passaram a questionar as práticas conservadora da profissão e a buscar uma ruptura teórica-metodológica, aproximando-se de referenciais críticos, especialmente do materialismo histórico-dalético de Karl Marx, o que contribuiu como principais objetivos a superação do Serviço Social tradicional, a construção de uma prática profissional comprometida com a transformação social e a afirmação do assistente social como trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho.

A década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticas para o Serviço Social. Hoje existe um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das últimas décadas. As diretrizes norteadoras desse projeto se desdobraram no *Código de Ética Profissional do Assistente Social*, de 1993, na *Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social* e, hoje, na nova *Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social* (Iamamoto, 2010, p. 50).

O projeto profissional do Assistente Social é guiado por documentos fundamentais que orientam a prática profissional. O Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1993, estabelece os princípios e normas que orientam a conduta profissional dos assistentes sociais, garantido respeito aos direitos humanos e fidelidade ao interesse social.

A lei de regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662/1993, dispõe sobre a profissão de assistente social e estabelece as atribuições privativas e os requisitos para o exercício da profissão. Essa lei é fundamental para garantir que os assistentes sociais tenham uma base legal para sua atuação profissional. As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas em diversos espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônico no Serviço Social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970. Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências, devem ser observados e respeitados tanto pelos/as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. Vale lembrar que competências “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação em função da capacitação dos sujeitos profissionais” e atribuições se referem “às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas” (IAMAMOTO, 2000, p. 16).

As diretrizes Curriculares, estabelecidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS), definem as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil. Para garantir que os estudantes de Serviço Social recebam

uma formação acadêmica de qualidade e sejam preparados para enfrentar os desafios da profissão.

Além desses documentos, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) também emite resoluções que são importantes para a prática profissional. Por exemplo, a Resolução CFESS n° 489/2006 veda condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual, enquanto a Resolução CFESS n° 533/2008 regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Esses documentos são fundamentais para que a prática profissional do Assistente Social seja ética, competente e comprometida com os direitos humanos e justiça social. Eles fornecem uma base sólida para a atuação profissional dos Assistentes Sociais e contribuem para viabilizar os direitos dos usuários/as sejam respeitados e protegidos.

O Serviço Social no Brasil é uma profissão que tem uma longa história de contribuição para a formação de Assistentes Sociais, desenvolvendo habilidades e competências necessárias para a prática profissional, incluindo habilidades de comunicação, trabalho em equipe e resolução de problemas. Tendo o ponto crítico, que são capazes de analisar e intervir nas questões sociais identificadas.

A formação de Assistentes Sociais é influenciada por vários fatores, incluindo a formação acadêmica, a prática profissional, os desafios e perspectivas da profissão. Principalmente trazendo teorias marxistas para o Serviço Social, para uma análise profunda da sociedade desigual e burguesa. Conforme Iamamoto (2010) afirma: a polêmica no Serviço Social é, pois, estimulada, favorecendo o ativo diálogo com pesquisadores de outras áreas conexas. Os muros circunscritos aos limites profissionais são rompidos, redundando em um enriquecimento da massa crítica acumulada no circuito do Serviço Social. A polêmica plural expande-se ao interior da tradição marxista nessa área profissional, o que sintomatiza a sua maturação teórica-metodológica.

Pode-ser-ia sugerir que é no seu *mercado caráter crítico* – seja em sua interação com os movimentos e forças sociais que operam na sociedade brasileira presente, seja em sua interlocução com as vertentes não-marxistas e marxistas – tais como consubstanciadas na literatura profissional especializada – que se *localiza a fonte de sua vitalização*. *Dito de outra forma: a vertente marxista no Serviço Social* teve seu espaço de difusão ampliado e sua legitimidade reforçada à medida que, no seu processo de maturação intelectual, foi se munindo teórica e metodologicamente de elementos analíticos que lhe permitiram um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do

conhecimento. Busca elucidar seus vínculos sócio-históricos, localizando as perspectivas e os pontos de vista de classes por meio dos quais são construídos os discursos e as práticas, enfim, efetua uma crítica “por dentro” das elaborações e propostas apresentadas, crítica essa mais soldada à realidade da prática social e profissional. Isso indica que à medida que a aproximação do Serviço Social aos “marxismos” foi sendo depurada do ecletismo inicial, desvelando o que se mostrara oculto naquele primeira aproximação, foi-se tornando possível construir propostas de análise e de *aprofundamento do marxismo no Serviço Social Brasileiro – fez com que seus próprios produtos se revertesse em uma das fontes de sua afirmação no panorama do debate*, passando a contribuir em grau considerável na travessia para a conquista da maioria intelectual do Serviço Social: a travessia de sua cidadania acadêmica. (Iamamoto, 2010, p. 233 e 234).

O Serviço Social na Contemporaneidade tem séries de desafios e transformações que refletem as mudanças sociais, políticas e econômicas, onde a profissão vai enfatizar em promover a diversidade e inclusão, tornando cada vez mais centrada em questões como etnia, gênero, sexualidade e deficiência. Os Assistentes Sociais buscam entender as especificidades de cada grupo para oferecer um atendimento mais eficaz e igualdade. Onde a profissão se aprofunda em outras áreas como a psicologia, sociologia, saúde pública e direito.

Para enriquecer a prática profissional e permite uma compreensão mais ampla das questões sociais. Segundo Iamamoto (2010), em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário *romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos*. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolando o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão.

Além disso, é abordado as questões ambientais, que estão cada vez mais relevantes no campo do Serviço Social, com uma crescente preocupação em integrar práticas sustentáveis nas intervenções sociais. Onde sofre com as crises econômicas que têm levado à redução de investimentos em políticas sociais, exigindo que os profissionais desenvolvam estratégias criativas para atender as demandas da população limitada. Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é

desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (Iamamoto, 2010, p. 20).

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmica profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania (IAMAMOTO, 1982).

Na sociedade capitalista, vamos observar as manifestações das expressões da questão social em várias instituições, regiões urbanas e rurais na qual estamos inseridos. Nas instituições como educação, saúde, habitacional e assistência social, vamos observar as questões sociais se manifestando naquele ambiente. Tomaz (2013), afirma, [...] A questão social, é problematizar, analisando as particularidades históricas, políticas e sociais de cada região, Problemas sociais decorrentes das novas configurações da sociedade capitalista, a fim de que possamos encontrar estratégias de enfrentamento a essa sociedade extremamente exploradora e desigual.

O Serviço Social contribui muito na formação dos/as Assistentes Sociais, permitindo transmitir conhecimentos fundamentais, desenvolvendo competências essenciais, como empatia e comunicação, além de enfatizar a ética profissional, destacando a importância dos direitos humanos. Estimulando a reflexão crítica sobre práticas e políticas sociais, preparando os Assistentes Sociais para serem profissionais capacitados e comprometidos com o bem-estar da sociedade.

### **1.4.3 O trabalho do/a assistente social no campo da cultura**

O trabalho dos/as assistentes sociais especialmente no campo da política de cultura, é essencial para realizar intervenção de inclusão e a equidade social. Esses profissionais desempenham uma atuação importante na formulação de políticas sociais culturais que atendam às necessidades de comunidades específicas, garantido que a diversidade cultural seja respeitada e valorizada.

Além disso, os/as assistentes sociais atuam diretamente com as comunidades, ouvindo suas demandas e potencialidades culturais. Essa articulação é fundamental

para viabilizar que a população participe ativamente da elaboração e execução de políticas sociais. Os/as profissionais se dedicam para promover os direitos culturais das minorias, buscando assegurar o acesso a espaços culturais, permanência e direitos básicos, incentivando a valorização da inclusão dos/as usuários/as ligados às expressões culturais locais.

O serviço social brasileiro percorre, desde a década de 1980, uma trajetória de alinhamento com a teoria social marxiana e com as lutas sociais, a fim de construir uma fundamentação teórica que permita o desenvolvimento do pensamento crítico e da atuação profissional de assistentes sociais, considerando as especificidades e a atualidade das disputas políticas no país. No bojo desse interesse, é percebido um aumento, ainda que modesto, das pesquisas produzidas na área do serviço social que estão voltadas para o tema da cultura, especialmente, para a arte (Ford e Pedroso, 2023).

Outro aspecto importante do trabalho dos/as assistentes sociais é o desenvolvimento de projetos de educação cultural, que integram a cultura local com o objetivo de formar cidadãos críticos e conscientes do seu patrimônio cultural. A atuação desses profissionais muitas vezes envolve uma abordagem intersetorial, colaborando com outras áreas como educação, saúde e assistência social para criar políticas mais integradas e eficazes.

Dessa forma, os/as assistentes sociais contribuem para um ambiente político mais representativo, onde a cultura se torna uma poderosa ferramenta de transformação social. Conforme é citado pelo os autores Ford e Pedroso (2023), estudar os aspectos culturais e artísticos que serviram como condições para a elaboração de um movimento de redirecionamento do serviço social brasileiro tem relevância quando se trata de pensar as possibilidades de contrapor as forças de dominação social na contemporaneidade, pois implica em não apagar um traço essencial da vida social do País e seus reflexos para a profissão.

Embora aquelas condições já não existam mais, elas demonstram que a articulação entre estética e política pode produzir momentos de consciência e de organização política coletiva preenchidos de significados para as lutas sociais, e que ainda hoje inspiram, não pelo saudosismo de uma época, mas pelo potencial não realizado, pelas promessas não cumpridas.

Além de ser uma área do conhecimento, o serviço social é uma profissão com caráter interventivo, da qual se exige a produção de certos resultados que o/a assistente

social não define sozinho/a. A sua autonomia para decidir sobre isso é relativa. Nesse cenário, as tentativas de aproximar o serviço social da arte podem incorporar a tendência de instrumentalizar aquela que, sob a expansão da técnica, se tornou uma forma de existência per se. Conforme a arte é pensada para servir como, ou, para produzir instrumentos destinados ao alcance de um fim, ela perde a sua dimensão emancipada e sofre a redução do potencial para gerar fruição. Submeter a arte à satisfação de objetivos circunscritos a um campo profissional e institucional, ainda que eles sejam permeados por valores progressistas e revolucionários, é retroceder no que se refere aos avanços já produzidos (Ford e Pedroso, 2023).

## **CAPÍTULO II**

### **CULTURA E SUA AÇÃO TRANSFORMADORA, FUNDAMENTO DA IDENTIDADE E CRIATIVIDADE NA SOCIEDADE**

A cultura no Brasil é representada por uma diversidade, na qual cada região tem sua própria cultura e identidade histórica. Possui uma forte ligação com os movimentos sócio-culturais representados, em especial, pela cultura africana e a cultura dos povos originários, como uma forma de mostrar ações contra os preconceitos e estigmas. A cultura possui uma organização ampla e complexa que se expressa institucionalmente na organização da política de cultura brasileira por meio do Ministério da Cultura e as políticas Estaduais e Municipais, que são os setores que planejam, executam e captam recursos para as políticas de cultura.

#### **2.1. A importância da cultura para a sociedade: a manifestação da diversidade social e identidade cultural**

A importância da cultura para sociedade é um dos principais elementos que molda a identidade e histórias de um povo, proporcionando um senso de pertencimento e continuidade ao longo do tempo. Onde as pessoas podem expressar suas tradições, valores e crenças, o que enriquece a diversidade social através da cultura. Na contribuição da arte, música, literatura e outras formas culturais, as pessoas são incentivadas a pensar de maneira criativa e a questionar o mundo ao seu redor, através da educação e na formação de cidadãos críticos.

A cultura também promove a coesão social, como eventos culturais, festivais e celebrações ajudam a unir o público, criando laços comunitários e fortalecendo o tecido social. Isso é especialmente importante em sociedades multiculturais, onde diferentes grupos podem compartilhar suas tradições, histórias e a importância da nossa etnia para a nossa região aprendendo uns com os outros.

Assim, a cultura pode ter um impacto econômico significativo nas indústrias criativas, turismo cultural e produção artísticas, que geram emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento da economia local e nacional. Formando um ciclo virtuoso que beneficia a sociedade como um todo. As indústrias criativas, que incluem setores como moda, design, cinema, música e artes visuais, não apenas geram empregos, mas estimulam a inovação e a competitividade. Essas indústrias são

responsáveis pela criação de produtos e serviços que atraem consumidores e promovem a identidade cultural de uma região.

Por outro lado, o turismo cultural se destaca como uma forma de turismo que valoriza experiências culturais. Os visitantes são atraídos por museus, festivais e teatros, resultando em gastos em hospedagem, alimentação e entretenimento. Cidades com rica herança cultural frequentemente se beneficiam desse fluxo econômico, utilizando sua história e tradições para atrair turistas.

Além disso, a produção artística enriquece a sociedade culturalmente servindo como uma fonte importante de receita. Artistas e coletivos criativos têm o poder de transformar espaços urbanos e rurais, promovendo o desenvolvimento econômico local. Obras de arte podem ser vendidas ou exibidas em galerias, gerando renda tanto para os artistas quanto para as instituições que as representam. Essas interconexões evidenciam como a cultura pode ser um motor poderoso para o crescimento econômico e contribuindo em nossa cultura local, para a vitalidade das comunidades e o enriquecimento da vida social.

A cultura com o tempo, vai se modificando ao longo do tempo, influenciada por diversos fatores como mudanças sociais, políticas, tecnológicas e até mesmo pela globalização. Essa dinâmica permite que novas ideias, tradições e formas de expressão surjam, enquanto outras podem desaparecer ou se transformar. Com isso, a forma como consumimos música e arte mudou drasticamente com a internet e as redes sociais. Novas tendências culturais podem surgir rapidamente e se espalhar globalmente, criando um intercâmbio cultural sem precedentes.

Além disso, a cultura também pode ser um reflexo das lutas sociais e conquistas da sociedade. Movimentos sociais frequentemente desafiam normas culturais estabelecidas, levando a uma mudança nos valores e práticas culturais. Desempenhando a formação da identidade de grupos e na expressão de lutas sociais e reivindicações. Através da arte, música, literatura e outras formas de expressão cultural, os movimentos sociais conseguem transmitir suas mensagens, mobilizando pessoas e criando uma luta coletiva. Conforme Castro (2017) aponta que, [...] a importância desta reflexão para pensarmos as lutas sociais contemporâneas - contra as opressões, reivindicações trabalhistas, moradia, políticas sociais entre tantas outras que demarcam as lutas da classe trabalhadora - e as formas de manifestação artísticas que se apresentam nas expressões socioculturais de grupos e movimentos sociais que

encontram na estética formas de comunicar e ressignificar as lutas nas quais estão inseridos.

Muitos destes grupos criam e recriam formas de manifestações estéticas e artísticas que abrem novas possibilidades para a construção de sensibilidades que renovam as formas de resistir ao cotidiano mimético e alienante a que somos submetidos (Castro, 2017, p. 568).

A importância de valorizar nossa cultura é fundamental, pois ela nos conecta com nossas raízes e identidade, ajudando a preservar tradições e costumes que definem quem somos. Isso cria um senso de pertencimento quanto coletivo. Além disso, a cultura é uma fonte de diversidade e criatividade. Quando valorizamos diferentes expressões culturais, enriquecemos nosso entendimento do mundo e promovemos o respeito mútuo entre povos e comunidades. Isso é especialmente importante em um mundo cada vez mais globalizado, onde as interações entre culturas são constantes. Nossa reflexão se volta à função social da arte de forma geral e se estendem justamente sobre os modos como suas expressões e manifestações vêm sendo produzidas continuamente pelos sujeitos que estabelecem lutas sociais frente à ordem de exceção de direitos. Pensar sobre essas manifestações é determinante frente à onda conservadora que aponta a particularidade da vida política brasileira, lembrando os fatos recentes de censura estabelecidos nas produções culturais no segundo semestre de 2017. Precisamos repensar sobre as formas artísticas e suas possibilidades dentro da lógica estrutural na qual estamos inseridos, como resgatar os valores e os fundamentos de uma produção cultural que dê sentido e represente a humanidade que vem cada vez mais se desumanizando (Castro, 2017, p. 569).

A cultura é ligada à educação e ao desenvolvimento humano de muitas maneiras, onde os indivíduos a formarem sua identidade, permitindo que compreendam quem são, suas origens e o lugar que ocupam no mundo. Isso é fundamental para a construção da autoestima e confiança. Castro (2017) afirma que a arte e suas potencialidades estéticas e pedagógicas, pode ser eficaz no sentido de garantir um veículo de comunicação política e garantir representações simbólicas da vida cotidiana dos sujeitos fazendo com mais facilidade que certas percepções e críticas à sociedade contemporânea se tornem visíveis. Além de servir de veículo aglutinador de identidades e vivências dos sujeitos que conseqüentemente tem reflexos na práxis política de diversos grupos sociais (p. 585).

Além disso, serve como uma fonte de aprendizagem e conhecimento, através da arte, música, literatura e tradições, valores, moralidade e história. Essas expressões culturais muitas vezes transmitem lições importantes que moldam nosso comportamento e visão do mundo, que estimula o pensamento crítico (questionando, analisando e tendo sua própria forma de opinião). Isso enriquece o processo educativo e uma mentalidade mais aberta.

## **2.2. Cultura no Capitalismo: dinâmicas econômicas e produção cultural**

A cultura no capitalismo é complexa, onde revela o cruzamento entre produção cultural e dinâmicas econômicas, onde a cultura pode ser entendida tanto como um produto quanto como um meio de expressão. Em suma, a relação entre cultura e capitalismo é multifacetada e rica para discussão. Ela nos convida a explorar não apenas os produtos culturais que consumimos, mas também as implicações sociais e econômicas que acompanham essas práticas.

Sendo assim, a cultura é frequentemente tratada como mercadoria que pode ser comprada e vendida. Isso inclui livros, músicas, filmes, e até de eventos culturais. As indústrias culturais, como editoras, gravadoras e estúdios de cinema, organizam a produção e distribuição dessas obras. Sendo assim, a classe trabalhadora, ao produzir bens e serviços, não apenas sustenta a economia, mas também contribui para a formação de uma cultura que reflete suas experiências, lutas e aspirações, expressando suas vivências.

O autor Borja (2023) em seu artigo, discute como o modo de produção capitalista, segundo Marx e Engels, molda a vida material e cultural das classes sociais. O modo de produção não se limita à reprodução física dos indivíduos, mas se reflete em um modo de vida específico que inclui a cultura de classe. No capitalismo, as classes sociais, especialmente a burguesia e a classe trabalhadora apresentam modos de vida distintos, com diferenças em trabalho, moradia, alimentação e produção cultural.

A classe trabalhadora tem sua cultura dividida em dois momentos: a cultura laboral, que ocorre no espaço de trabalho, e o modo de vida fora desse espaço, que abrange as condições de vida e reprodução social durante o tempo livre. Essa separação entre tempo de trabalho e tempo livre é crucial para entender a exploração do trabalhador e a geração de mais-valia.

O valor da força de trabalho é influenciado por fatores históricos e culturais, refletindo as necessidades materiais e as condições de vida da classe trabalhadora em cada contexto específico. Assim, a cultura desempenha um papel central na definição do valor da força de trabalho e nas condições materiais que possibilitam sua reprodução social.

O valor das obras muitas vezes é medido em termos financeiros. O sucesso comercial de um produto cultural pode determinar sua promoção e distribuição, influenciando o que chega ao público. Expressando ideias, emoções e críticas sociais, refletindo a diversidade das experiências humanas nos produtos, em que são realizadas em sua obra pelos artistas locais. Como forma de desafiar as estruturas de poder, promovendo discussões importantes sobre questões sociais e políticas.

Um dos aspectos mais evidentes é a mercantilização. Muitas formas de arte como produtos que podem ser comprados ou vendidos, levando a criação de obras que visam atender ao mercado. Essa lógica resulta em uma homogeneização, onde apenas as obras com potencial comercial são promovidas, em detrimento de criações mais experimentais ou menos convencionais.

Por outro lado, o capitalismo também promove a visibilidade da diversidade cultural. Pois com a geração do capital, permite que a cultura se espalhe, dando mais visibilidade e resultando em novas formas artísticas. Esse intercâmbio pode enriquecer o panorama cultural, oferecendo uma variedade maior de expressões.

Entretanto, essa dinâmica traz à tona questões sobre o acesso à exclusão, pois enquanto algumas pessoas têm acesso a uma rica variedade de produtos culturais, outras podem ser excluídas devido ao custo ou à falta de recursos. Isso levanta importantes reflexões sobre quem realmente se beneficia da cultura no capitalismo.

Esse de apropriação cultural é fascinante e complexo. Quando a burguesia consome elementos da cultura popular, muitas vezes sem reconhecer suas raízes, ela pode transformar esses elementos para adequar a um público mais amplo ou a seus próprios interesses. Isso pode levar à “descontextualização” da cultura original, onde significa e a intenção das expressões culturais são alterados.

Por exemplo, temos o estilo musical como o hip-hop, que têm origens na classe trabalhadora e são carregados de significados sociais e políticos, podem ser comercializados de forma que percam a essência. Pois a indústria passa a exigir uma “versão” mais palatável que possa ser vendida em massa, ignorando as lutas e histórias que deram origem a esses estilos.

Esse fenômeno também pode levar à valorização de certos aspectos da cultura popular enquanto alguns outros são invisibilizados, negligenciados ou desvalorizados. É um ciclo em que a classe trabalhadora continua cada vez mais a criar e inovar, enquanto a burguesia capitaliza essas criações sem sempre dar o devido crédito ou reconhecimento, para a geração do lucro.

O autor Arruda (2020) destaca a ligação do hip-hop e Serviço Social em seu artigo, afirmando que, [...] por ser uma sociedade socialmente desigual, temos um grupo mais expressivo, em razão de sua condição de classe social, das relações de raça/cor e gênero. Importante dizer que essa profissão também é construtora de conhecimento, de reflexões, e um espaço de educação social e política.

Assim, nesse cruzamento entre a cultura hip-hop e o Serviço Social, identificamos uma perspectiva voltada para a formação crítica e reflexiva da sociedade capitalista, que valoriza o ser humano. Esse cruzamento apresenta um posicionamento político legítimo e contundente. Porém, por serem espaços de formação, um profissional e o outro cultural, aspectos majoritários são comuns e contradições não deixam de fazer parte de seus posicionamentos (p. 114)

Além disso, a cultura frequentemente serve como uma forma de resistência contra as normas e princípios do próprio capitalismo. Pois a cultura é ligada aos movimentos sociais e artistas ativistas e militantes que lutam por uma causa, como o modo de mobilização contra qualquer tipo de preconceito e estruturas de poder, apresentando críticas sociais. A dimensão do modo de vida é mais abrangente e, como veremos, está vinculada ao modo de produção da vida material. Ou seja, cada modo de produção configura também um modo de vida em sociedade. Nesse sentido, podemos dizer que o capitalismo é um modo de vida particular, que apresenta contradições enquanto sociedade de classes.

Borja (2023) destaca a importância da teoria marxista, para compreender os modos de vida e produção em detrimento do modo de produção do capitalismo. Afirmando que [...] o desenvolvimento desigual do capitalismo no plano das formações econômico-sociais concretas, institui relações de dominação-dependência entre Estados formalmente independentes. Assim, no processo de universalização do capitalismo enquanto sistema mundial, os países da América Latina apresentaram particularidades, cuja formação histórica faz vigorar, além das leis gerais, leis de tendência particulares no desenvolvimento do capitalismo dependente. Em termos da cultura, pode-se dizer

que há uma particularidade histórica do modo de produção da vida material na América Latina e, portanto, o capitalismo dependente constitui um modo de vida particular

Marx e Engels nos ajudam a entender como se constitui um modo de vida ao definir a categoria modo de produção da vida material. As formas históricas de produção da vida material em sociedade constituem um determinado modo de produção que, por sua vez, condiciona a reprodução social, formando assim uma cultura, um modo de vida. “Esse modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, [...] de um determinado modo de vida dos mesmos” (MARX; ENGELS, [1845–46] 2009, p. 24, grifo do autor) (Borja, 2023, p. 34).

Daí a cultura popular ser uma forma de resistência à exploração capitalista, forma pela qual as classes subalternas organizam sua luta. Na primeira seção trataremos dessa interpretação da cultura popular como uma cultura de resistência à exploração no capitalismo (Borja, 2023, p. 32).

Borja (2023) destaca também que, o capitalismo dependente, entendido como uma forma particular de concretização do capitalismo, isto é, como um modo de vida particular nas sociedades dependentes, onde vigoram leis particulares de desenvolvimento, em especial a superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, tentamos interpretar a cultura popular como forma de resistência à superexploração no capitalismo dependente. Assim como, analisamos as contradições de seu processo de incorporação, seja na construção da identidade nacional conduzida pelo Estado e pelas classes dominantes, seja no desenvolvimento da indústria cultural local, comandada pela burguesia dependente em associação com a burguesia imperialista (p. 33).

Por fim, não se pode deixar a influência da tecnologia como um avanço para a cultura. Sendo que contribuiu para criações das plataformas digitais, como redes sociais e serviços de streaming, novos caminhos surgiram para a disseminação cultural. Isso permitiu que os artistas independentes alcançassem o público do país e global sem depender das grandes indústrias culturais democratizando o acesso à produção cultural.

### **2.3. Cultura no Brasil e o processo de criação da Política Nacional de Cultura**

A cultura no Brasil é vibrante e diversificada, resultando da interação entre influências, africanas e europeias ao longo da história. Essa confluência se reflete em diversos aspectos da vida brasileira, tornando o país único no cenário global. Além disso,

a música é um dos pilares da cultura brasileira, com gêneros variados como samba, bossa nova, forró, MPB (Música Popular Brasileira) e funk. Cada região do Brasil possui suas próprias tradições musicais, que expressam a identidade local e as histórias de seu povo.

Sendo assim, o estilo musical, os festivais e a culinária, contribuem na diversidade rica e da criatividade do seu povo. Com constante transformação que enfrentam desafios, como a preservação das tradições indígenas e afro-brasileiras em meio à globalização. Essa riqueza cultural merece ser apreciada e valorizada.

Neste sentido, as lutas sociais dos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora brasileira hoje são caracterizadas por seu conteúdo reivindicatório que se relaciona às políticas sociais, mas também, por suas práticas de ação e atuação; muitas delas essencialmente marcadas por manifestações culturais. Nossa proposta é um olhar mais atento sobre essas produções antes de descartá-las como meramente culturais e ou esvaziadas de significações políticas (Castro, 2017, p. 582).

Ressaltamos a importância de estabelecer nexos entre arte e formas de comunicação política, de configurar novas formas de se pensar a política cultural e arte contemporânea. Penso que a análise das políticas sociais perpassa a dimensão da cultura e que a mídia e as novas tecnologias ampliaram os processos de luta e defesa pelo desenvolvimento da política social. Essas lutas na atualidade brasileira assumem uma radicalidade no enfrentamento aos sujeitos coletivos suas questões e reivindicações, destacamos:

Há também uma dimensão cultural, que está relacionada à política, considerando que os sujeitos políticos são portadores de valores e do ethos de seu tempo. Se relacionados às políticas sociais e às estratégias de hegemonia, isso significa sua configuração a partir de uma direção intelectual e moral, que está imbricada aos projetos societários com implicações para a concepção e a legitimidade de determinados padrões de proteção. (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p. 45) (Castro, 2017, p. 582).

A dança também desempenha um papel fundamental na cultura do país. Como o samba, frevo, capoeira, maracatu são manifestações artísticas que não apenas entretêm, mas também contam histórias e preservam tradições. Essas danças são frequentemente associadas a festivais e celebrações populares.

Nas artes plásticas, o Brasil se destaca com obras de artistas renomados como Tarsila do Amaral e Victor Meirelles. O grafite urbano, especialmente nas grandes

idades, se tornando uma forma importante de expressão artísticas, refletindo as realidades sociais e culturais contemporâneas. Além disso, temos a contribuição da literatura brasileira sendo rica e variada, abrangendo desde os clássicos de autores como Machado de Assis e Clarice Lispector até as obras contemporâneas de Paulo Coelho e Chimamanda Ngozi Adichie. Essa diversidade literária revela as nuances da experiência humana no Brasil.

A culinária é outro aspecto importante para a cultura brasileira, com pratos típicos que variam de acordo com cada região. A feijoada, o acarajé, o pão de queijo, brigadeiro e o tacacá que compõem parte da rica gastronomia do país. Cada estado tem suas especialidades que refletem a diversidade cultural local.

No Brasil existem diversos festivais culturais que desempenham um papel importante na vida do público brasileiro. Incluindo o Carnaval, festa junina, quadrilha e o festival folclórico de Parintins e outros festivais regionais. Onde atrai milhões de turistas todos os anos para celebrar com desfiles, danças e músicas. Além disso, temos a diversidade de religiões que são ligadas com a cultura do Brasil. O catolicismo coexiste com religiões afro-brasileiras como o candomblé e umbanda e outras variedades de crenças. Essa pluralidade religiosa contribui para a diversidade e a riqueza do país. Conforme a autora Ianni (2024) cita, a cultura, enquanto expressão fundamental da identidade e diversidade humana, atua como garantidora de diversos outros direitos essenciais à cidadania e ao desenvolvimento social. Dessa forma, democratizar o acesso aos recursos e demais oportunidades de fomento não apenas beneficia o artista, mas sim toda a comunidade.

A política de cultura envolve diversas áreas, como a promoção das artes, a preservação do patrimônio das artes culturais, o fomento à diversidade cultural e o acesso à cultura para toda população, abrangendo várias dimensões essenciais para o apoio à identidade cultural e o fortalecimento da sociedade. Isso inclui iniciativas que incentivam a produção artística em diversas áreas, como música, teatro, dança, literatura e artes visuais. O governo e instituições privadas frequentemente apoiam festivais, exposições e apresentações, permitindo que artistas emergentes tenham visibilidade e que obras consagradas sejam apreciadas por um público mais amplo.

O Brasil possui uma rica herança cultural, que vai desde as tradições indígenas até influências africanas e europeias. A política cultural busca proteger esse patrimônio que representa a diversidade, por meio de tombamentos de bens materiais e imateriais, garantindo que as futuras gerações conheçam e valorizem suas raízes. Isso também

envolve a restauração de monumentos históricos e a promoção de práticas culturais tradicionais.

O Ministério da Cultura do Brasil é o órgão responsável pelo planejamento e por formular e executar a política nacional de cultura, promovendo o acesso, à produção e valorização da diversidade cultural do país. O MinC atua em diversas frentes, como o fortalecimento do Sistema Nacional da Cultura, a proteção do patrimônio histórico e artístico, o fomento à produção cultural e a promoção da economia criativa. Rebaixado à secretaria em 2019, recuperou o status ministerial por meio do Decreto nº 11.336, de 1 de janeiro de 2023.

Podemos dizer, que a políticas Culturais do Ministério, contribuir para:

- Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultural;
- Proteção do Patrimônio
- Fomento à Produção Cultural;
- Economia Criativa;
- Diversidade Cultural.

É importante o Ministério da Cultura fortalecer esses aspectos, permitindo que a cultura brasileira floresça e continue a ser uma fonte de orgulho e identidade nacional. Além disso, cada ação cultural tem o potencial de transformar vidas e comunidades, criando um futuro mais rico em diversidade e criatividade. Além disso, é importante que o MinC precise planejar e executar as políticas culturais com base em diretrizes com diversos atores sociais. Para acompanhar a implementação das políticas e avaliação dos seus resultados, buscando constantemente aprimorar suas ações.

As Leis de Incentivo à Cultura no Brasil surgiram como uma resposta às crescentes demandas pelo financiamento de atividades culturais, em um cenário no qual recursos públicos se mostravam insuficientes em relação ao número de manifestações artístico-culturais. Na década de 1990, com a promulgação da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), o governo brasileiro estabeleceu um marco histórico ao criar mecanismos que permitiam a captação de recursos privados por meio de incentivos fiscais. As Leis de Incentivo foram uma importante ferramenta uma vez que, naquele momento, não se pensava a união entre o Estado e o mercado para o financiamento de projetos culturais.

Na década de 1990, o Brasil passava por um período de profundas transformações políticas, econômicas e sociais, marcadas pelo processo de

redemocratização, após o fim da ditadura militar, e pela abertura econômica. Esse contexto exigia **novas políticas públicas** que atendessem às demandas sociais reprimidas, incluindo o campo cultural. A promulgação da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) se deu em um momento de reorganização das instituições democráticas e de busca pela modernização das políticas culturais. O governo buscava formas de incentivar o setor cultural sem sobrecarregar os cofres públicos, e a criação de mecanismos de captação de recursos privados por meio de incentivos fiscais foi uma resposta inovadora. Essa legislação foi essencial para impulsionar o financiamento da cultura, permitindo que empresas e indivíduos apoiassem projetos artísticos, e refletia o novo papel do Estado como facilitador, em vez de único provedor, dos recursos para o desenvolvimento cultural. A Lei Rouanet foi um marco que se inseriu em um cenário de maior participação civil, liberdade de expressão e reconhecimento da cultura como um direito fundamental em uma sociedade que estava se reestruturando democraticamente.

Com isso, o Estado, ao instituir leis de incentivo à cultura, reconheceu a importância das manifestações culturais e assumiu o papel de facilitador, criando um ambiente favorável para que recursos privados sejam investidos no setor cultural. Com isso, foi possível observar a ampliação do acesso aos recursos financeiros para uma diversidade de projetos culturais, que vão desde criações, produções, itinerâncias, pesquisas, reformas e demais outras categorias. Com essa atuação em conjunto, o estímulo à inovação artística ampliou o alcance das produções culturais a diferentes públicos, contribuindo significativamente para a democratização da cultura e o fortalecimento da identidade cultural do país.

A estrutura da Pasta inclui órgãos de assistência direta e imediata à ministra, sete secretarias (Secretaria Executiva; Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural; Secretaria de Diretorias Autorais e Intelectuais; Secretaria de Formação, Livro e Leitura; Secretaria do Audiovisual; Secretaria dos Comitês de Cultura), quatro órgãos colegiados (Conselho Nacional de Política Cultural; Comissão Nacional da Cultura; Conselho Superior do Cinema) e Escritórios Estaduais em todas as unidades da Federação. O Ministério da Cultura (MinC) tem, ainda, sete entidades vinculadas (Agência Nacional do Cinema, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto Brasileiro de Museus, Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Cultural Palmares e Fundação Nacional de Artes).

A assessoria junto às políticas nacionais de Cultura, de Cultura Viva e do Setor Audiovisual também estão sob os cuidados da Secretaria Especial da Cultura, assim

como o Programa Nacional de Cultura, o Programa de Incentivo à Leitura, o Programa de Cultura do Trabalhador e o Programa Nacional de Apoio à Cultura, este instituído pela Lei Rouanet.

Segundo a Constituição Federal, o Estado “apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Neste sentido, a Secretaria também assessora a coordenação executiva do Plano Nacional de Cultura (PNC), com vigência até 2020. Previsto pela constituição, o plano baseia-se em três dimensões culturais que se completam: a cultura como expressão simbólica, como direito de cidadania e como potencial para o desenvolvimento econômico. Alinhado às diretrizes da Secretaria Especial da Cultura, o PNC conduz à valorização da diversidade étnica e regional.

Para assessorar o ministro na supervisão e coordenação das políticas culturais, a Secretaria Especial atua por meio de diversos órgãos específicos: a Secretaria de Direitos Autorais e Propriedades Intelectuais, a Secretaria da Diversidade Cultural, a Secretaria do Audiovisual, a Secretaria da Economia Criativa, a Secretaria de Infraestrutura Cultural e a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

Integra a estrutura do Ministério da Cidadania sete entidades vinculadas ao setor cultural, sendo três autarquias e quatro fundações: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Agência Nacional do Cinema (Ancine), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional de Artes (Funarte) e Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Também cabe à secretaria Especial assessorar o ministro na supervisão dessas entidades.

A estrutura organizacional do Ministério da Cidadania ainda é composta por órgãos colegiados, entre elas: o Conselho Superior de Cinema (CSC), o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), a Comissão do Fundo Nacional da Cultura (CFNC).

As leis de incentivo à cultura, tanto em nível federal quanto estadual e municipal, têm gerado impactos significativos no cenário cultural brasileiro. Essas legislações desempenham um papel importante na **democratização do acesso à cultura**, no fortalecimento da identidade cultural e no estímulo à economia criativa. Isso permite que mais pessoas tenham acesso a eventos culturais, exposições, espetáculos e outras manifestações artísticas, promovendo a inclusão cultural e o acesso à cultura. As categorias são amplamente abrangentes, contemplando diversas vertentes de fomento que vão além da produção artística. Esses mecanismos de incentivo são voltados para

atividades em áreas como música, dança, gastronomia, teatro, e artes visuais, além de possibilitarem a realização de festivais, intervenções e eventos culturais de grande impacto. As leis também apoiam pesquisas no campo cultural, contribuindo para a investigação e preservação de saberes, tradições e patrimônios (Ianni, 2024).

Os projetos culturais aprovados por meio dessas leis oferecem contrapartidas socioculturais que beneficiem tanto a comunidade quanto a cadeia produtiva da cultura ao fomentar a formação de novos públicos, capacitar profissionais do setor e gerar oportunidades de trabalho em diversas etapas de produção e realização de eventos culturais. Essas contrapartidas podem incluir a realização de atividades gratuitas ou a preços populares, como oficinas, palestras, exposições e apresentações artísticas, especialmente em áreas de vulnerabilidade social. Essas ações não apenas ampliam o alcance e o impacto dos projetos, mas também fortalecem o vínculo entre a cultura e a sociedade, promovendo a educação, a cidadania e o desenvolvimento social através da arte e da cultura (Ianni, 2024).

#### **2.4. Política de Cultura do Amazonas: A Criação da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa**

A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa é o órgão do Governo do Estado do Amazonas responsável pelo planejamento, elaboração, execução e acompanhamento das políticas culturais e artísticas na capital e nos municípios. Cabe à pasta, ações de defesa e preservação do patrimônio cultural do Estado do Amazonas e execução de uma política cultural, no sentido de popularizar e interiorizar as ações em parcerias com organizações públicas e privadas, visando a satisfação dos anseios da população. Como missão, a secretaria deve valorizar, formatar e difundir as manifestações culturais e artísticas do Amazonas, oferecendo a importância dos mecanismos e meios para os agentes, produtores e artistas de modo geral.

A Secretaria da Cultura do Amazonas, visa preservar, promover e difundir a diversidade cultural do Estado, envolvendo ações de defesa do patrimônio, incentivo à produção cultural e popularização das atividades culturais. Trabalhando em parceria com diversos setores para atender às demandas da população e garantir o acesso à cultura para todos os cidadãos amazonenses.

O Amazonas possui uma política cultural robusta, com investimento em diversas áreas, incluindo a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, além de editais próprios da

Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Esses recursos são destinados aos projetos realizados no estado do Amazonas, que visam preservar o patrimônio, fomento à produção artística e promoção da economia criativa.

O Governo do Estado recebe R\$ 10,7 milhões do Ministério da Cultura para a execução do primeiro ciclo da PNAB, com foco em seis editais de fomento à cultura, que beneficiam artistas, produtores, coletivos e grupos tradicionais. Os editais são executados pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e pelo Fundo Estadual de Cultura, contemplando 127 (cento e vinte e sete) iniciativas nas seguintes categorias: Festas e Festejos Populares, Pontões de Cultura, Pontos de Cultura, Prêmio Juarez Lima para Pontos de Cultura, Espaços Culturais e Pesquisa em Cultura e Patrimônio.

A Política Nacional Aldir Blanc é destacada pelo secretário-executivo do Ministério da Cultura (MinC), que representa um marco fundamental na descentralização do acesso aos recursos culturais do Brasil, sobretudo na região Norte. O Amazonas como sua diversidade cultural e manifestações artísticas, em especial da cultura popular, o fomento direto e a capilaridade dessa política são cruciais. Esse plano é comprometido em garantir que o Brasil, especialmente a região Amazônica, tenha o suporte necessário para que sua cultura floresça com seu potencial, fortalecendo a identidade cultural nacional e para promover a inclusão.

O coordenador do Escritório Estadual do MinC, Ruan Octavio da Silva Rodrigues, avalia que a Aldir Blanc é um marco importante para a cultura no Amazonas, pois fortalece os profissionais e criadores da cultura, trazendo recursos e reconhecendo a diversidade artística do estado. Com isso, Manaus foi a única onde o índice de acesso à cultura aumentou, mostrando que investir em políticas públicas culturais dá resultado e transforma realidades. Que faz viabilizar oportunidades, fortalecendo a economia e promovendo a redução das desigualdades no acesso à cultura.

Para realizar os editais, é preciso o Governador e o Secretário de Cultura, realizar os editais para os artistas e trabalhadores na cultura da capital e do interior do Amazonas. Para viabilizar oportunidades e que os recursos cheguem nas regiões mais remotas. Com o apoio dos gestores municipais, do Conselho Estadual de Cultura, das ações de busca ativa e das formações promovidas para agentes locais.

Foi realizado também, os editais Lei Paulo Gustavo (LPG), onde o Estado do Amazonas foi liderado no ranking entre os estados da Federação. Os editais foram

realizados pelo Governo do Estado e Secretário de Cultura e Economia Criativa, em parceria com o Conselho Estadual de Cultura (Coneb).

Ao todo, o Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa público 10 (dez) editais, para incentivar à cultura: Fomento às Artes, Cultura Popular, Cultura Hip-Hop, Cultura LGBTQIAPN+, Povos Indígenas, Audiovisual, Povo Negro, Apoio às Micro e Pequena Empresa, Cultura Transforma e Mestre e Mestras dos Saberes e Fazeres Culturais nas Artes.

A realização dos editais da Lei Paulo Gustavo, no Estado do Amazonas, foi resultado de um processo colaborativo e participativo em reuniões setoriais com a classe artísticas e trabalhadores da cultura. Foram contemplados 746 projetos em todo o Amazonas, movimentando a economia da cultura em diversos municípios.

Além disso, a Lei Paulo Gustavo contribuiu muito para ações culturais imediatas como o Carnaval do Povão, 25º Festival Amazonas de Ópera, Festival Folclórico de Parintins, Amazonas Green Jazz Festival e Festival Folclórico do Amazonas. Os editais realizados foram de grande inovação para o fomento dos festejos culturais do estado do Amazonas.

As reivindicações e sugestões da classe artística, foram levadas em conta para elaboração dos editais, fazendo deles mais democráticos e acessíveis. Tudo isso junto a exposições, shows, apresentações dos Corpos Artísticos do Governo do Amazonas e espetáculos, que compõem a extensa programação cultural da Secretaria de Cultura ao longo do ano. Contando também com a época de Natal, que traz uma programação grandiosa em diversos espaços culturais da capital e interior.

Por meio dos recursos da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, as instituições Liceu de Artes de cada municípios do Amazonas é beneficiada, sendo uma ferramenta essencial para as políticas públicas voltada ao setor cultural, oferecendo diversos cursos e programas que incentivam o desenvolvimento artístico e profissional na área.

### **CAPÍTULO III**

#### **A CRIAÇÃO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIO NO BRASIL**

Neste tratará sobre o surgimento do Liceu de artes no Brasil no início do século XIX e em algumas regiões do Brasil e especificamente no Amazonas, que é conhecida como uma escola cultural gratuita para o público, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade, acessível a formar crianças, jovens e adultos talentosos, preparando-os para atuar em outras áreas, incorporando novos saberes e adaptando-se à cultura local da região. Além disso, destacando as condições, as formas de intervenção e a contribuição dos/as assistentes sociais no Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro- Unidade Parintins.

#### **3.1. O Surgimento do Liceu de Artes e Ofício pelo Brasil e no Amazonas**

O Liceu de Artes e Ofício é umas das instituições de cultura que existe em diversos estados brasileiros e tem a missão de valorizar o patrimônio cultural de cada região. Bielinski (2009) aborda a surgimento do primeiro Liceu de Artes em 1856, no Rio de Janeiro, que foi pioneiramente agregando à educação elementar da formação técnico-profissional e artística.

O Liceu de Artes e Ofícios foi fundado no dia 23 de novembro de 1856 em assembleia realizada numa sala do antigo Museu Nacional, então situado na Praça da Aclamação, atual Praça da República. Após a apresentação do projeto e dos estatutos, a ata foi assinada por todas as 99 pessoas presentes que se tornaram membros fundadores dessa associação cujo fim primordial seria o de intensificar as artes em todo Brasil ao promover a formação de mão-de-obra qualificada através de um Liceu de Artes e Ofícios. Dentre os 99 fundadores tiveram pintores, escultores, gravadores da Casa da Moeda, professores, médicos, advogados, funcionários públicos, militares, jornalistas, negociantes e artesãos, que estavam contribuindo. Vários destes fundadores foram diretores e conselheiros da Sociedade Propagadora das Belas Artes, e, também, os primeiros professores do Liceu. (Bielinski, 2009).



**Figura 01: Primeiro Liceu de Artes do Rio de Janeiro no ano de 1856**

**Fonte: Diário do Rio, 2016.**

Além disso, a instituição tinha objetivo de realizar estudos que permitisse os exercícios de uma profissão em diversos ramos das artes menores, para estimular o talento e as habilidades dos alunos-operários no ensino artísticos, para contribuir no desenho industrial e gerando também nos produtos brasileiros para elementar indústrias do país tornando-a competitiva no mercado em geral. O primeiro Liceu de Artes e Ofício, conseguiu matricular 351 alunos na época, que foi um número considerado surpreendente após ser inaugurada no dia 9 de janeiro de 1858. Porém o fundador Béthencourt da Silva, tinham muitas dificuldades de alugar um prédio para realizar as aulas. Mas conseguiu que a administração da Irmandade da Matriz do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé na Av. Passos cedesse o espaço do Seu consistório. Onde iniciou as aulas efetivamente em 22 de março, que foi a aula de desenho.

Conforme afirma pelo Bielinski (2009) em 27 de novembro de 1858, a Irmandade solicitou as salas ocupadas no prédio da igreja, e as aulas do Liceu foram então transferidas para a sacristia de outra igreja, a da Irmandade de São Joaquim,[4] que pertencera ao antigo Seminário de São Joaquim, e onde estava instalado o Colégio D. Pedro II. O novo endereço situava-se na rua Larga, atual Av. Marechal Floriano. O Barão de Mauá forneceu o gás e instalou lâmpões para iluminar as aulas noturnas do Liceu graciosamente durante anos.

Nessa Igreja de São Joaquim realizou-se, em 9 de janeiro de 1859, a primeira exposição dos trabalhos dos alunos, e, no Salão de Colação de Grau do Imperial Colégio

D. Pedro II - a primeira entrega de prêmios. O Liceu mantém essa tradição de expor os trabalhos dos alunos até os dias de hoje, geralmente no mês de novembro (Bielinski, 2009). Além disso, com passar dos anos, o número de matriculados se ampliou-se rapidamente, o que fez as frequências às aulas, serem excepcional perante a estatística de qualquer escola ou academia no Brasil.

O Liceu de Artes e Ofício virou o orgulho de reconhecimento, pois o ensino, pois ensino era excepcional na formação acadêmica para pessoas para exames preparatórios dos alunos que desejavam prosseguir nos estudos visando aos cursos superiores.

Na década de 1880 o Liceu de Artes e Ofícios já havia se tornado e era considerado o mais importante estabelecimento de ensino técnico-profissional do país, sem rival, também, na América Latina. Semelhante aos poucos existentes nos Estados Unidos e na Europa, mas com uma notável e significativa diferença a favor do Liceu: os preconceitos e as distinções raciais e sociais não existiam para impedir os alunos a educação

Convém reforçar que o Liceu pioneiro como escola gratuita, noturna e de ensino elementar, técnico-profissional e artístico para o povo no Brasil, foi, também, único durante muitos anos. Mas, a Sociedade Propagadora das Belas Artes junto com o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro serviram de modelo e colaboraram para a criação de outros liceus: Bahia (1872), de São Paulo (1873), de Uberaba (1880), de Pernambuco (1881), de Juiz de Fora (1882), Santa Catarina (1883), do Amazonas (1884), de Alagoas (1884), de Petrópolis (1892), Fortaleza (1894), do Pará (s/d), do Paraná (s/d), Mato Grosso (s/d) e outros. Interessante notar que todos esses liceus foram fundados tendo uma sociedade mantenedora, e Bethencourt da Silva, por conta do apoio prestado, foi patrono de vários deles. Esses outros liceus surgiram após o do Rio de Janeiro ter recebido o título de Imperial, o que representava o reconhecimento e o aval do Imperador à instituição popular (Bielinski, 2009).

As diretorias da SPBA e do Liceu promoviam sempre ao final de cada ano, por ocasião do aniversário de fundação, uma exposição, aberta ao público, com os trabalhos dos alunos e dos professores. Os alunos que se destacavam recebiam premiações, medalhas e diplomas. Eliseu Visconti foi um desses alunos e pela quantidade de prêmios ficou conhecido como “Papa-Medalhas”. A SPBA também apoiava e patrocinava exposições individuais de artistas em suas salas, e ao término de cada mostra, recebia do expositor, como agradecimento pela cessão do espaço da escola, a doação de um

quadro ou obra para o acervo da instituição, desta maneira foi que boa parte do acervo se constituiu (Bilielinski, 2009).

Conforme já citado pelo Bilielinski, 2009, o Liceu de Artes e Ofícios, ao dar oportunidade de estudar as pessoas sem recursos e de variadas idades, “combateu a ignorância” (o analfabetismo), formou profissionais que contribuíram para dar uma outra visão das artes menores, e defendeu a liberdade desses alunos para construir novas metas para si, incluindo se socialmente, tanto que muitos, após continuarem estudos em outros campos do fazer ou do saber, tornaram-se pessoas representativas e notáveis no Brasil, como, por exemplo, o presidente Hermes da Fonseca. Entre os artistas, ex-alunos da escola, e que cursaram depois a Academia de Belas Artes, podemos citar dentre outros: Eliseu Visconti, José Maria de Medeiros, Oswaldo Teixeira, Armando Viana, Paulo Mazzuchelli, Modestino Kanto, Pedro José Pinto Peres, Belmiro de Almeida, Rodolfo Amoedo, entre outros. Notável é que a maioria dos ex-alunos retornava como professor ou como benemérito, perpetuando o vínculo afetivo à escola.

A trajetória histórica do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro nesses primeiros cinquenta anos foi singular, pioneira nas várias áreas de atuação já citadas, principalmente como cerne do desenho industrial, e correspondeu sempre ao ideal proposto por Bethencourt da Silva aos 99 fundadores (Bilielinski, 2009).

No que se refere ao Estado do Amazonas, temos o Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro que é uma iniciativa do Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, e possui o objetivo de oferecer gratuitamente conhecimento na área artística para a população do estado, tanto na capital, como também no interior (Portal Cultural do AM, 2019).

O Liceu de Artes é considerado uma das primeiras escolas públicas de artes da região Norte, o Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro atua desde 1998, disseminando arte, cultura e fomentando a cadeia artística na capital e interior. A instituição oferece uma extensa relação de cursos presenciais e virtuais, oficinas e programas de capacitação para crianças, jovens, adultos e Terceira Idade, que incentivam o desenvolvimento do potencial artístico, por meio da arte educação e do aperfeiçoamento profissional na área cultural.

Atualmente o Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro oferece aulas presenciais em quatro unidades na capital e duas no interior do Amazonas. Após realizar um estudo da realidade geográfica, somado às experiências ao longo dos anos, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e a equipe da instituição formataram o projeto “Salas de

Cultura”. A ferramenta facilita o acesso à cultura, promovendo as aulas online por meio do Liceu Digital, suprimindo a necessidade de amenizar as distâncias territoriais, ampliar e fortalecer o setor artístico-cultural da região.

Existe o Liceu nos municípios do interior, como:

1. Manaus
2. Parintins
3. Envira
4. Rio Preto da Eva (virtual)
5. Carauari (virtual)
6. Benjamin Constant (virtual)
7. Codajás (virtual)
8. Caapiranga (virtual)
9. Urucurituba (virtual)
10. Humaitá (virtual)
11. Apuí (virtual)
12. Maraã (virtual)
13. Borba (virtual)
14. Manicoré (virtual)
15. Iranduba (virtual)
16. Vila Amazônia (virtual)
17. Coari (virtual)
18. Lábrea (virtual)
19. Fonte Boa (virtual)
20. Itacoatiara (virtual)

Ao longo dos anos, o Liceu desenvolveu uma metodologia própria, considerando as particularidades regionais e o desenvolvimento da prática artística no campo das artes visuais, audiovisual, dança, música e teatro. A metodologia contempla a participação dos alunos em exposições e apresentações artísticas.

Com uma média anual de 3 mil alunos atendidos, o Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro mantém atualmente 10 grupos artísticos, que têm por finalidade orientar os alunos com interesse em seguir carreira artística, a experiência de ser dirigido ou dirigido por um profissional da arte.

### 3.2. O Surgimento do Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro – Unidade Parintins em 2013

O Liceu de Artes e Ofício Cláudio Santoro, que está localizado na rua Domingo Prestes, no São Francisco. A instituição de ensino e cultura é financiado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Cultura que transformou o Bumbódromo num espaço multiuso, destinado primeiramente ao ensino para a formação de técnicos para o apoio das atividades artísticas e à capacitação tecnológica de jovens e adultos, considerando principalmente, a política de popularização e interiorização das ações culturais; a vocação natural do parintinense para as artes; a localização do município de Parintins que lhe permite funcionar como polo para receber a população dos municípios de Nhamundá, Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha; os investimentos realizados na modernização e ampliação nas estruturas do Centro Cultural e Esportivo e a necessidade de manter a integridade desse patrimônio e resguardar os equipamentos e acessórios ali instalados.



Figura 02: Em Frente ao Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro – Unidade Parintins

Fonte: Portal da Cultura, 2025.

Sua inauguração se deu no dia 16 de setembro de 2013. A instituição Liceu de Artes – Unidade Parintins oferece cursos gratuitos de educação artística e cultural em diversas áreas, como: Música (Banda musical, coral infantil, coral juvenil, coral adulto,

percussão para surdos, musicalização, teclado, teclado infantil, violão, violão infantil, camerata de violões, elas tocam (violões), guitarra elétrica, sexteto (instrumental), violino EAD, saxofone, tuba e trombone); Coral infantil e adultos; Dança (Capoeira, capoeira para criança, dança de salão, danças populares, dança para criança, laboratório corporal, danças urbanas para crianças e danças urbanas); Teatro (infantil, juvenil e adultos e teatro para surdos); Cursos especiais (percussão para surdos e coral em libras); Artes Visuais (Arte para crianças, desenho 1, desenho 2 e pintura 1) e Audiovisual (Produção Cinematográfica, noções de fotografia e mídias digitais no Marketing).

A instituição se destaca por ter um papel na valorização da cultura local, especialmente em Parintins, município conhecido como Ilha da Magia por suas tradições folclóricas e festivais, como Boi Bumbá Garantido e Caprichoso. Além disso, o Liceu serve como espaço de encontro de experiências, conhecimentos e artes culturais entre a comunidade. Com isso, possui espaços como Biblioteca Fred Góes; Memorial Caprichoso e Garantido; Salas multimídias (vídeos e música); Cineclube Odeia Andrade; Arena; Esculturas (área externa) e Galerias com murais, desenhos, e fotografias que retratam imagens de nossa região e cultura, como: florestas, rios, povos indígenas e ribeirinhos, culinárias regionais e imagens de cada canto do município de Parintins-AM.

O Liceu de Artes promove outros projetos desenvolvidos como Artes por toda parte; Arte itinerantes; Ciclo das Quintas (Núcleo da Música); vem dançar (Núcleo de dança); Diálogo artístico (Núcleo Artes Visuais e Audiovisual); Uma Epopeia de Conhecimento (Núcleo Audiovisual) e Cinema Itinerante (Núcleo Audiovisual). Para atrair o público local e visitantes, a instituição cultural promove programas atrativos que acontecem aos Sábados, como o Programa chamado Povos Criativos e a Feira de Economia Criativa, onde são recebidos crianças, pais/responsáveis, o público local e visitantes. No Sábado Cultural, temos brincadeiras infantis, sessões de cinema, karaokê infantil, abertura de programação, shows acústicos e karaokê criativo.

Na sociedade capitalista, vamos observar as manifestações das expressões da questão social em várias instituições, regiões urbanas e rurais na qual estamos inseridos. Na instituição educacional e cultural como o Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro – Unidade Parintins temos o atendimento dos/as Assistentes Sociais, que são profissionais que vão identificar as questões sociais se manifestando naquele ambiente, criando intervenções para desenvolver um ambiente de aprendizado saudável e inclusivo, atendendo diversas demandas que surge na sala do Serviço Social da instituição. Para

a efetivação ao acesso à educação da instituição, contribuindo na permanência dos estudantes nos cursos, oferecendo o apoio emocional, fazendo uma escuta ativa sobre questões pessoais e necessidades dos/as usuários/as que podem impactar no seu desempenho em dentro da instituição, identificando as problemáticas específicas buscando soluções adequadas e realizando encaminhamentos de cada caso atendido.

### **3.3 As condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais e suas formas de intervenção no Liceu de Artes e Ofícios de Parintins**

O Serviço Social no Liceu de Artes e Ofício – Unidade Parintins existe desde 2013, realizando ações com o público inseridos na instituição, trabalhando com a política de cultura. Atualmente, existem três assistentes sociais no Liceu, trabalhando no horário da manhã, tarde e à noite, cumprindo 30 horas semanais. E são profissionais que tem um tempo que várias de 2 a 3 anos na instituição.

Em relação as condições de trabalho, atualmente o Serviço Social possui uma sala, onde tem 1 (um) computador, 1 (uma) impressora, 2 (duas) mesas e 2 (dois) armários. A seguir apresentamos as imagens sobre a estrutura existente:



**Figura 03: Foto da sala de atendimento do Serviço Social no LAOCS**

**Fonte: Pesquisa de campo, 2025.**

Na pesquisa foi perguntado se eles acham se as condições de trabalho e no regime de contrato influenciam na autonomia profissional aos assistentes sociais? Obtivemos as seguintes respostas:

“Sim, porque desejamos fazer algo, um curso de capacitação, para fazer atualização de conhecimento. As vezes as respostas podem vir positiva ou negativa da instituição” (Assistente Social 01, 30 anos).

“Não, influenciam na autonomia profissional aos assistentes sociais” (Assistente Social 02, 36 anos).

“Sim” (Assistente Social 03, 41 anos).

Um assistente social afirmou que, as condições de trabalho e as formas de contrato não influenciam na autonomia profissional. No entanto, dois assistentes sociais afirmaram que sim, um deles se referiu a falta oportunidade na instituição para irem, para receber a capacitação conforme diz o assistente social 1. A precarização do trabalho assalariado como uma das formas de garantia da reprodução ampliada do capital está presente em todas as profissões e, no caso do Serviço Social brasileiro, tem sido objeto de reflexão frequente no interior da categoria de assistentes sociais, principalmente com a retomada da gestão neoliberal do capitalismo nos últimos anos, que intensificou as formas de exploração da força de trabalho em geral (Castilho, Nascimento e Gomes, 2021).

O trabalho passa a ser cada vez mais flexível, instável e orientado pela lógica do mercado, no qual criatividade, comunicação e afetos são transformados em mercadorias. O trabalhador é incentivado a se enxergar como empreendedor de si mesmo, assumindo riscos que antes eram responsabilidade das empresas, como a ausência de direitos trabalhistas, a informalidade e a insegurança financeira. Essa dinâmica intensifica jornadas irregulares, baixos salários e fragilização das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que naturaliza a exploração sob o discurso da autonomia e da realização pessoal.

Ao serem questionados sobre quais são os meios necessários que ainda esses profissionais estão precisando, para melhorar as condições de trabalho? obtivemos as seguintes respostas:

Afirma que, está faltando mais “duas mesas, dois computadores e uma impressora” (Assistente Social 01, 30 anos).

“Não, pois está tudo bem” (Assistente Social, 36 anos).

Afirma que “estar (sic) faltando parcerias com os profissionais municipais” (Assistente Social 03, 41 anos).

Todos os/as assistentes sociais entrevistados afirmam estar satisfeitos com a sala para atender as demandas do público-alvo da instituição. Além disso, ao serem questionados sobre quais são os meios necessários que ainda esses profissionais estão precisando, para melhorar as condições de trabalho, um deles respondeu que não falta nada e está tudo bem.

Verificou-se, portanto, apesar dos/as profissionais acharem a sala suficiente, ele/as entender que ainda faltam equipamentos de trabalhos suficientes para qualificar o trabalho. Verificou-se que existe uma só mesa para cada assistente social e que eles precisam reverter a sala para atendimentos. O ideal seria que cada profissional tivesse sua mesa e equipamentos para realizarem seu trabalho. Conforme consta no Art. 3º O local físico de trabalho da(o) assistente social deve dispor de sala e/ou para abordagens individuais e/ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas de direitos públicos ou privados que tenham profissionais de Serviço Social, observando, no mínimo, os seguintes requisitos: I – Iluminação, natural ou artificial, geral ou suplementar apropriada à natureza da atividade; II – Ventilação apropriada para atendimentos de curta e longa duração; III – Espaço e mobiliário que garantam a guarda e manuseio de documentos técnicos de caráter reservado com segurança, conforto e autonomia pela(o) profissional responsável; IV – Acessibilidade, com sinalização visual e sonora, rampas, elevadores ou outras adaptações à (ao) assistente social e outras pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; V – Infraestrutura tecnológica apropriada para execução do trabalho, incluindo software de

tradução e tecnologias assistivas (RESOLUÇÃO CFESS Nº 1.114, DE 4 DE SETEMBRO DE 2025).

Um das características do trabalho dos/as assistentes sociais é serem articuladores entre as políticas públicas e sociais. No entanto, o Liceu é uma instituição do Governo do Estado conduzida por um governo que tem um partido específico e na cidade de Parintins o outro partido político que é de oposição ao Governo do Estado. No plano real, na hora de efetivar as ações é difícil dialogar com as instituições do governo do estado e com as instituições do governo municipais. Isso interfere no andamento do trabalho dos/as profissionais de assistentes sociais nas demandas.

O planejamento estratégico absorve a categoria estratégia e lhe dá visibilidade por agregar ao processo a noção de mobilização, de negociação, de movimento, de manejo de 8 técnicas, recursos, enfim, todos os meios (táticos) necessários para enfrentar o(s) oponente(s) ou uma situação complexa. Daí que os seguintes procedimentos, interrelacionados, passam a fazer parte do exercício de planejar:

- Identificação do “terreno” ou “cenário” em que se desenvolverá a ação e suas tendências.
- Identificação de “aliados”, “oponentes”, “interessados”, “neutros” e, em alguns casos, até “inimigos”, mapeando a natureza e consistência de seus vínculos.
- Identificação do perfil das forças em confronto, seus recursos, suas técnicas, suas alianças (em magnitude e qualidade), sua capacidade operacional.
- Identificação do tempo disponível (de luta).

Como numa luta, quer-se vitória com hegemonia, isto é, domínio de situação, ampliação de posições, transformação de oponentes em aliados ou, no mínimo, se o cenário é desfavorável, evitar ou adiar um combate direto. Trata-se de uma espécie de transição para um novo conteúdo e uma nova forma (Teixeira, 2009).

Essa tensão entre as esferas estadual e municipal pode limitar a efetivação das ações dos assistentes sociais, dificultando o atendimento às demandas e a implementação de projetos que beneficiem a comunidade. Assim, é essencial reconhecer esses limites institucionais, pois eles impactam diretamente a capacidade desses profissionais em realizar um trabalho eficaz e integrado, refletindo a necessidade de um ambiente colaborativo e menos polarizados em promover o bem-estar social.

Na pesquisa, foi perguntado se os materiais técnicos confidenciais são lacrados para contribuir na inviolabilidade? Obtivemos as seguintes respostas:
“Sim” (Assistente Social 01, 30 anos).
“Sim” (Assistente Social 02, 36 anos).
“Não são lacrados” (Assistente Social 03, 41 anos).

Em relações os materiais técnicos e o sigilo, todos os/as três profissionais afirmaram em ter esses elementos satisfatórios. No entanto, um deles afirmou que os materiais técnicos confidenciais não são lacrados e isso deve contribuir para a violabilidade dos documentos, embora, outras duas afirmam que essa lacração existe nos documentos. Tal situação tensiona o cumprimento das normativas profissionais, uma vez que a Resolução CFESS nº 1.098/2025 estabelece procedimentos rigorosos para a salvaguarda, acondicionamento e lacração da documentação técnica e sigilosa, visando à preservação do sigilo profissional e à integridade dos documentos (CFESS, 2025, artigos 9º, 10 e 11).

Na pesquisa foi perguntado sobre a existência do controle dos registros dos usuários/as autorizados/as com a identificação do(s) documento(s) como sigiloso(s) para a proteção da privacidade dos dados pessoais. Todos os/as assistentes sociais responderam que existe esse controle. Conforme observado no campo de estágio, os/as assistentes sociais trabalham com os documentos dos usuários/as (alunos/as, pais/responsáveis e colaboradores), para os encaminhamentos a outras instituições de assistência social, visando à realização de procedimentos para visibilizar os direitos básicos à permanência nos cursos oferecidos pelo Liceu de Artes.

Outra questão é sobre a segurança da informação dos dados dos usuários ao compartilhar e-mails. Todos os/as assistentes sociais, afirmaram que garantem a segurança das informações dos dados dos/as usuários/as ao enviar e-mails. Conforme Assistente Social 1, os profissionais só enviam através de e-mails os relatos (um breve relato) e não um relatório aprofundando, portanto, as informações são protegidas. Além disso, foi perguntado se o computador utilizado para o trabalho tem proteção de senha para o uso profissional. O/a assistente social 1 e 2, afirmaram que não, pois o

computador foi trocado recentemente e não possui senha, por isso estão tentando resolver a situação. Enquanto a assistente social 3 afirma que sim.

Observou-se no campo de estágio que o computador não tem senha, pois o acesso é livre. No entanto, é importante ter uma senha no computador para que os/as profissionais garantam a segurança dos dados e registros dos/as usuários/as, mantendo o sigilo profissional nas demandas sociais atendidas.

### **3.4 Formas de Intervenção dos/as Assistentes Sociais no Liceu de Artes e Ofícios de Parintins**

O Serviço Social é uma profissão que busca promover o bem-estar e a justiça social, atuando em diversas áreas para garantir os direitos dos indivíduos, famílias e comunidades a superar dificuldades e melhorar suas condições de vida. Envolve a compreender suas origens, objetivos, princípios e áreas da atuação. O Serviço Social surgiu para criar respostas às crescentes desigualdades sociais geradas pela industrialização e urbanização. Desde então, a profissão se transformou, adaptando-se às demandas sociais e políticas da classe trabalhadora, mostra como é essencial para contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico profissional e social renovada, voltada à defesa dos direitos dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania (IAMAMOTO, 1982).

O trabalho do Assistente Social no Liceu de Artes – Unidade Parintins é fundamental para garantir que os/as usuários/as por um objetivo de desenvolver ambiente de aprendizado saudável e inclusivo. Os/as profissionais oferecem apoio emocional, fazendo uma escuta ativa sobre questões pessoais e necessidades dos/as usuários/as que podem impactar no seu desempenho e dentro da instituição, identificando as problemáticas específicas (pobreza, violências e problemas institucionais) buscando soluções adequadas para cada caso atendido, juntamente mantendo o sigilo profissional, conforme consta na Lei 8.662/93 no Art. 15º e 16º. Para a efetivação ao acesso à educação dos cursos da instituição e outros direitos. Para contribuir nas permanências dos estudantes na identificação de seus talentos e interesses artísticos. Além disso, os profissionais promovem palestra socioeducacional

e preventivas sobre temas relevantes a desenvolver atividades que visam conscientizar os colaboradores e estudantes sobre seus direitos e deveres.

Na sociedade capitalista, vamos observar as manifestações das expressões da questão social que perpassam as várias instituições, regiões urbanas e rurais na qual estamos inseridos. Na instituição educacional e cultural como o Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro – Unidade Parintins não é diferente, pois vamos observar as expressões de forma latente na vida dos/as usuários/as dos serviços. As formas de intervenções realizadas na instituição têm o objetivo de viabilizar os direitos básicos e a permanência nos cursos oferecidos pelo Liceu de Artes e Ofício – Unidade Parintins.

Na pesquisa foi perguntado, como é a atuação do/a Assistente Social nas festas culturais? Qual é a importância dos/as assistentes sociais estarem presente nestes momentos? Foram obtidas as seguintes respostas:

Afirma-se que, “os profissionais ficam responsável(sic) para viabilizar a proteção das crianças e adolescentes para que não sofram turismo sexual, nem um tipo de abuso, respeitados preceitos, éticos conforme preconiza o ECA. Quando a roupa estiver muito curta não deve apresentar e quando verificamos o aluno sozinho na instituição, procuramos os pais/responsáveis para estarem acompanhados com seu filho de menor” (Assistente Social 01, 30 anos).

Afirma-se que, “trabalha com as crianças e dos adolescentes, para proteger a integridade, para que os alunos e para o bem viver, verificando as roupas, distribuindo lanches. São essas intervenções que os profissionais realizam para saber se os alunos estão sendo bem atendidos para contribui no cuidado e no acolhimento. Além disso, orientamos os pais/responsáveis estarem acompanhado com seus filhos na instituição” (Assistente Social 02, 36 anos).

Afirma-se que, “a nossa atuação é bem presente, pois estamos em todas as festas culturais fazendo escalas e os profissionais dão suportes à equipe pedagógica e ao psicossocial, referente a autorização da participação das crianças e adolescentes nas festas culturais” (Assistente Social 03, 41 anos).

Conforme consta no art. 3º o assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho.

**Parágrafo único** – Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 (RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009 de setembro de 2009).

Verificou-se que os/as profissionais do Serviço Social estão presentes em todos os projetos e festas culturais planejados e realizado pelo Liceu de Artes, com a participação dos/as alunos/as dos cursos, para o monitoramento a proteção das crianças e os adolescentes na instituição. Conforme consta no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990).

Na pesquisa, foi perguntado sobre quais iniciativas estão em andamento para viabilizar os direitos dos/as alunos/as em situações de vulnerabilidades social na instituição. Obtivemos as seguintes respostas:

“Os profissionais estão trabalhando em redes com as outras instituições. O profissional está com uma situação no CAP’s, na SEMASTH e principalmente na Defensoria Pública, conforme atuamos em caso de violência e negligência e direitos. Que são direitos de pessoas LGBTQIA+, indígenas e quilombolas, que são alunos que não estão com a posição no BPC” (Assistente Social 01, 30 anos).

A assistente social 2 afirma que, “por enquanto nenhum, pois os professores comunicam aos profissionais de Assistentes Sociais para relatar a situação necessário do aluno. Para realizar visita domiciliar e intervenções em sala de aula. Além disso, também encaminhamos para a rede de apoio” (Assistente Social 02, 36 anos).

“Os profissionais realizam o projeto de intervenções como a visita domiciliar e entrega de cesta básicas, referente a cada demanda solicitado da equipe pedagógica e intervenções em sala de aula” (Assistente Social 03, 41 anos).

Observou-se no campo de estágio que os/as assistentes sociais realizam visitas domiciliares às casas dos pais/responsáveis para entender como está a situação do/ aluno/a no dia a dia, além de monitorar o/a aluno/a em sala de aula, visando a viabilização de suportes e direitos básicos ao seu desenvolvimento. No entanto, ainda há visitas domiciliares e monitoramentos para realizar o que está em andamento. Para Magalhães (2003), o objetivo é classificar situações, considerar o caso na particularidade de seu contexto sociocultural e de relações sociais. Jamais pode ser invasiva. Além disso, o profissional realiza entrevista social com o estudante e com a família para compreender a necessidade econômica e cultural. Vale ressaltar que, o profissional deve ter responsabilidade e deve estar em foco nos/as usuários/as que estão sendo entrevistado. O autor também, afirma: “(...) implica em um relacionamento profissional em todos os sentidos: na postura atenta e compreensiva, sem paternalismo; na delicadeza do trato com o usuário do serviço, ouvindo-o, compreendendo-o e principalmente, “enxergando como um sujeito de direitos” (MAGALHÃES, 2003, p. 48).

Foi perguntado aos profissionais do Serviço Social, se tem os índices de cada tipo de atendimento feito. Um assistente social afirmou que sim, mas está em processo de organização de dados, pois requer tempo. Enquanto o outro assistente social afirma que não, pois trabalham por turmas. Quando algo acontece realizam as intervenções em sala de aula na qual é solicitada pelo professor(a), para saber e acompanhar o desenvolvimento do aluno nos cursos do Liceu. Além disso, os profissionais têm os relatórios anuais, conforme relatado em entrevista pelo Assistente Social 01.

De acordo com as observações, os/as assistentes sociais não registram os índices de cada atendimento, pois os relatos dos/as usuários/as vão diretamente para os procedimentos de encaminhamento e viabilização de direitos. Essa falta de índices e estatísticas de cada atendimento impede que o/a profissional realize intervenções mais eficazes nas situações mais recorrentes atendidas pelos/as assistentes sociais, por meio de um plano de trabalho profissional. Couto (2009) afirma que um projeto de trabalho, para além da formulação técnica e precisa – que é essencial –, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar a

transformação dessa realidade. Necessita ser um elemento fundamental de reafirmação do projeto ético-político profissional e, portanto, construído para ser um elemento que indique, tanto para a instituição como para a população usuária, os compromissos assumidos pela profissão. Ele deve ser o reflexo do compromisso com a emancipação dessa população e da negação do papel de controle e tutela das classes subalternas.

A estatística utilizada no Serviço Social, como ferramenta associada aos demais instrumentos pertinentes à profissão, possibilita a análise de várias áreas do conhecimento humano que se visa investigar. Para Marcelino (2010), a estatística tem ampliado a sua participação na linguagem das atividades profissionais, considerando que os números e seus respectivos significados traduzem as questões do cotidiano, possibilitando a análise com base em fatos e dados.

Por meio de dados numéricos dessa realidade, uma metodologia de coleta de dados, e ainda visa levantar as informações pertinentes, que requerem uma análise crítica e propositiva dos dados coletados, que proporcionam a intervenção na realidade social de forma crítica.

Na pesquisa, foi feito o seguinte questionamento sobre como é feita a interação entre os/as assistentes sociais e os professores para garantir um suporte integral aos alunos. Todos os/as assistentes sociais afirmaram que as demandas surgem a partir das solicitações dos professores, que falam sobre a real situação do/a aluno/a em sala de aula. A partir dos relatos dos professores, é necessário realizar intervenções em sala de aula ou visitas domiciliares para contribuir no desenvolvimento e na permanência do aluno nos cursos.

Os/as assistentes sociais do Liceu de Artes trabalham em rede com os/as assistentes sociais de outras instituições para encaminhar pareceres e procedimentos para a efetivação dos direitos básicos do/a aluno/a e da família. No entanto, foi feita a seguinte pergunta.

Em quantas instituições vocês trabalharam em rede? Obtivemos as seguintes respostas:

Afirma-se que trabalhou em rede “SEMASTH, SENSA, CRAS, CRESS, Defensoria Pública, Delegacia, Prática Jurídica e Conselho Tutelar” (Assistente Social 01, 30 anos).

Afirma-se que trabalhou em rede com “11 instituições como Jofre Cohen, UBS’s, CETAM, SENAC, SEMASTH, Fórum de Justiça, Delegacia, Escritório Social, Secretária do Turismo e PAC” (Assistente Social 02, 36 anos).

Afirma-se que trabalhou em “9 instituições como Fórum de Justiça, Jofre Cohen, Secretária de Saúde do Estado, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Delegacia, Escolas da Seduc e Semed” (Assistente Social 03, 41 anos).

Observou-se que os/as assistentes sociais trabalharam em parceria com outras instituições para viabilizar os direitos básicos e a liberação das crianças e dos adolescentes nos projetos desenvolvidos na instituição, criando redes de apoio que fortaleçam os direitos sociais, culturais e educacionais dos usuários/as, de acordo com as necessidades do estudante e da família. O objetivo é criar intervenções para resolver as problemáticas que refletem as expressões das questões sociais em nossa sociedade capitalista.

Torres e Lanza (2013, p. 211 e 212) afirma que o trabalho social parte da realidade local para se construir e se constituir. Ao assistente social é demandado um conjunto de conhecimentos, a saber: conhecimentos sobre território no qual se efetivam os serviços ofertados à população; monitoramento e avaliação dos programas, projetos e serviços; estruturação e trabalho em rede, capaz de articular diferentes políticas setoriais a fim de ofertar um atendimento integrado e totalizante. O foco das ações direciona-se para a reinserção da população que vive em condição de vulnerabilidade e exposição social, e as ações são canalizadas prioritariamente para aqueles que vivem em condição de pobreza e miserabilidade. Esse tipo de gestão favorece a construção de parcerias com órgãos consultivos e deliberativos, tais como os conselhos municipais, pois tem aí fortalecido seu papel articulador, deliberativo, fiscalizador das ações implementadas; a identificação das diferenças socioespaciais das cidades, bem como suas interfaces com projetos de intervenção. A gestão dessa natureza – de cunho democrático – explicita a municipalização e a descentralização das ações sociais e colabora para o enfraquecimento de ações clientelistas.

Outra questão nesta pesquisa foi sobre ações interventivas os/as profissionais de Serviço Social consideravam mais relevantes em seu trabalho. Conforme as assistentes sociais 02 e 03, afirma que é mais relevante no cuidado das crianças e dos

adolescentes inseridos na instituição, pela prevenção, orientando os pais/responsáveis e reuniões para repassar as normas da instituição. Enquanto, o assistente social 01, afirma que é mais relevante as palestras socioeducativas como relatar casos de álcool, drogas e gravidez precoce.

Conforme observado, os/as assistentes sociais realizam palestras convidando todos os/as profissionais e trabalhadores/as da instituição para debater temas importantes, como racismo, homofobia, xenofobia, violência contra a mulher e questões relacionadas a pessoas com deficiência no ambiente de trabalho. Esses debates promovidos no Liceu têm como objetivo romper preconceitos e barreiras existentes, aumentando a sensibilização sobre questões sociais e diferentes tipos de discriminação, o que leva à reflexão.

Essas iniciativas contribuem para fomentar a empatia entre os trabalhadores da instituição, incentivando-os a entender e respeitar as diferenças. O intuito é promover um ambiente de trabalho mais justo e respeitoso, tanto para pessoas com deficiência quanto para aqueles que enfrentam preconceitos e negligências. A importância da diversidade é ressaltada, pois ela traz inovação e melhores resultados. Essas palestras são essenciais para ajudar a transformar a cultura organizacional e construir um local acolhedor para todos.

A atuação dos/as assistentes sociais no Liceu devem ser compreendidas à luz do projeto ético-político do Serviço Social, que orienta a profissão para a defesa intransigente dos direitos humanos, da cidadania e da justiça social. Nesse espaço institucional, marcado por demandas educacionais, sociais e subjetivas, a mediatas, assumindo um caráter crítico, comprometido com a transformação da realidade vivenciada pelos/as usuários/as.

O Código de Ética do/a Assistente Social (1993) fundamenta essa atuação ao estabelecer princípios como o respeito à dignidade da pessoa humana, a não discriminação, a ampliação da autonomia dos sujeitos e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. No Liceu, esses princípios se materializam em práticas de acolhimento, escuta ativa, orientação e mediação de acesso a direitos, especialmente frente às situações de vulnerabilidade social, econômica e psicológica enfrentadas pelos/as estudantes e suas famílias.

Além disso, o projeto profissional reafirma o posicionamento ético-político da categoria ao recusar prática assistencialistas e conservadora, priorizando intervenções que fortaleçam o protagonismo dos sujeitos e a participação social. No Liceu, isso implica

atuar de forma interdisciplinar, articulando políticas públicas e promovendo ações socioeducativas que contribuam para a permanência, o desenvolvimento integral e a emancipação dos/as usuários/as.

### **3.5. Investigação da contribuição da atuação dos/as Assistentes Sociais junto aos/as usuários/as que participam dos cursos do Liceu**

O objetivo do trabalho dos/as assistentes sociais é atender o público — alunos/as e pais ou responsáveis — visando à viabilização de direitos básicos, à promoção do bem-estar e do cuidado, contribuindo para a permanência e o desenvolvimento dos/as alunos/as nos cursos oferecidos pelo Liceu de Artes.

Para apresentar os relatos dos/as usuários/as com foco na avaliação do trabalho dos/as assistentes sociais no Liceu, foram selecionados/as alunos/as que já haviam sido atendidos/as pelo Setor de Serviço Social. O processo de entrevista considerou os seguintes critérios: identificação do nome, idade e tempo de permanência no Liceu.

Na pesquisa, foi perguntado como o/a usuário/a avalia o trabalho dos/as assistentes sociais no Liceu? Foram relatadas as seguintes respostas:

Afirma-se que “bom, pois fui acolhido pelos assistentes sociais sendo que estavam passando por situações psicológicas e financeiras” (Usuário 1, 20 anos).

Afirma-se que “Ótimo, pois são profissionais que buscam ajudar. No meu caso, eles estavam me orientando sobre a minha mudança de nome e os profissionais estavam me orientando neste processo. Para me encaminhar para a Defensoria Pública. E me perguntando como podem me ajudar, tendo esta atenção” (Usuário 2, 21 anos).

Afirma-se que “Bom, pois eu conseguir conversar e me acalmar, sendo que eu não tive tempo para relaxar. E a profissional foi super compressiva e muito positivo” (Usuário 3, 27 anos).

Afirma-se “Excelente, pois eu estava precisando ir ao Serviço Social comparecer com meu laudo médico, para comprovar meu atestado” (Usuário 4, 51 anos).

Afirma-se “Bom, pois são profissionais que estão acompanhando o desenvolvimento dos alunos” (Usuário 5, 30 anos).

O/a assistente social pode acolher pessoas em diversas situações. O acolhimento é uma parte importante do trabalho desses profissionais, pois envolve ouvir, compreender e oferecer suporte emocional e social às pessoas que estão passando por dificuldades. Esse acolhimento pode acontecer em diferentes contextos, como em serviços de assistência social, hospitais, escolas ou em situações de vulnerabilidade. O objetivo é contribuir no bem-estar das pessoas, encontrando recursos e soluções para suas necessidades.

Os relatos dos/as usuários/as sobre o trabalho dos/as assistentes sociais no Liceu revelam uma visão positiva da atuação desses profissionais, mostrando que são vistos como aliados valiosos, contribuindo significativamente para o bem-estar e o desenvolvimento dos/as usuários/as. Destaca-se a importância do acolhimento e do suporte emocional oferecido, ressaltando como isso é fundamental em momentos de dificuldade. Também é mencionada a orientação recebida em processos burocráticos, como a mudança de nome, além da necessidade dos serviços sociais em contextos específicos, como a comprovação de atestados médicos. A importância do acompanhamento do desenvolvimento dos/as alunos/as indica que os/as assistentes sociais desempenham uma atuação ativa na promoção do bem-estar e do progresso educacional.

Embora as entrevistas revelem avaliações positivas do atendimento prestado pelos/as assistentes sociais no Liceu, sua relevância ultrapassa a dimensão descritiva da satisfação dos/as usuários, permitindo uma leitura à luz da teoria dos direitos sociais e da intervenção profissional do Serviço Social. Os relatos evidenciam práticas que se alinham ao projeto ético-político da profissão, especialmente no que se refere à defesa dos direitos, à garantia do acesso a políticas públicas e ao reconhecimento dos/as usuários como sujeitos de direitos. Conforme Bergue (2012), afirma que é preciso analisar os elementos culturais presentes na formação cultural brasileira para o entendimento da Assistência Social enquanto Política Social, constituindo os empecilhos para o processo de mudança, entre o assistencialismo e o reconhecimento do Estado, com a regulamentação do estatuto jurídico. Assim, explanaremos o patrimonialismo, o clientelismo e o personalismo, por serem destaque nos estudos daqueles que investigam

os traços constitutivos da cultura brasileira e serem indicados como elementos de resistência para a efetivação da Política de Assistência Social.

As falas demonstram que a intervenção profissional não se limita ao atendimento imediato ou à escuta pontual, mas envolve ações de orientação, encaminhamento e acompanhamento, elementos centrais da instrumentalidade do Serviço Social. O acolhimento relatado pelos/as usuários/as em situações de vulnerabilidade psicológica e financeira expressa o compromisso profissional com a escuta qualificada, entendida não apenas como técnica, mas como mediação fundamental para a construção de vínculos e para a identificação das demandas sociais concretas.

Assim, os relatos indicam que a prática profissional desenvolvida no Liceu se aproxima de uma intervenção crítica, que reconhece as expressões da questão social presentes no cotidiano dos/as usuários/as e busca respostas que ultrapassam o assistencialismo, fortalecendo a autonomia, o acesso à informação e a efetivação de direitos. Dessa forma, as entrevistas não apenas confirmam a qualidade do atendimento percebida pelos/as usuários/as, mas também revelam uma prática profissional coerente com os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social.

Na pesquisa, foi perguntando sobre a contribuição que estes profissionais fizeram diante do que o/a usuário/a estava em buscando no atendimento. Obtivemos os seguintes relatos:

Afirmar-se que “me ajudou bastante psicologicamente. Além disso, o assistente social 1, garantiu o seu direito básico como a cesta básica, pois eu estava passando por situações financeiras. Com isso, eu falei com assistente social 1 e me ajudou muito, levando também meu nome na SEMASTH” (Usuário 1, 20 anos).

Afirma-se que “Os/as profissionais me orientaram, porque eu solicitei a retificação do meu nome e me deram o encaminhamento e me acompanhando neste processo, tanto para questão de documentos e assistência, do que eu estava precisando. Pois, eu não estou podendo vir no Liceu e eles querem saber como podem me ajudar para chegar ao Liceu de Artes” (Usuário 2, 21 anos).

Afirma-se que “os/as profissionais do Serviço Social me encaminharam para conversar. Onde eu conseguir relaxar e pensar. Com isso, me acalmaram dando o

apoio emocional, trabalhando junto com a psicóloga da instituição” (Usuário 3, 27 anos).

Afirma-se que “Os/as profissionais acompanham, para analisar o desenvolvimento do aluno e no acompanhamento da matrícula. Além disso, trouxe uma criança que estava querendo fazer um curso de teatro e não tinha vaga. No entanto o/a assistente social foi me ajudar a conseguir uma vaga para essa criança que estava em situação de vulnerabilidade. Então, foi muito importante, porque esta criança vinha de pais separados e esse curso de teatro ia ajudar neste processo de separação dos pais, onde ela morava em Manaus e Parintins, na qual ela ia se adaptar. Os/as assistentes sociais ajudaram neste ponto, colocando a criança de 12 anos a espera e conseguiu a vaga, que ajudou a família. Além disso, o Liceu de Artes vem ajudando, não só na parte de vulnerabilidade, mas também na convivência no curso” (Usuário 4, 51 anos).

Afirma-se que “O atendimento ocorreu em casa em forma de visita domiciliar, onde esses profissionais estavam analisando o meu desenvolvimento e dialogando sobre o desenvolvimento em casa e no curso oferecido pelo Liceu de Artes” (Usuário 5, 30 anos).

Essas são as práticas para intervir nas problemáticas dos/as usuários/as atendidos. O/a Assistente Social tem autonomia para eleger os procedimentos/instrumentos técnicos que irão compor a sua prática profissional em determinado caso. O código de Ética do assistente social garante a autonomia no exercício profissional. Conforme o Art. 4º da Lei nº 8.662/93, umas das principais competências do assistente social é: Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS/CRESS). Yolanda Guerra (1999) afirma que a instrumentalidade do exercício profissional como mediação, possibilita que na prática do profissional o embasamento teórico permita compreender particularidades e singularidades do cotidiano.

A resolução CFESS de 2018, aprova a resolução para lei da regulamentação da profissão, garantindo que os/as profissionais transsexuais e travestis tenham o direito de utilizarem o nome social e o reconhecimento da identidade de gênero. Para a livre

orientação e identidade de gênero constituir os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), para contribuir nos direitos sociais da população LGBT. Conforme consta no Art. 7º é dever da/o assistente social defender a utilização do nome social das/os usuários na perspectiva do aprofundamento dos direitos humanos (RESOLUÇÃO CFESS N° 845, de 26 de fevereiro de 2018).

Identificou-se, entre os 5 (cinco) entrevistados, que cada usuário/a atendido pelos/as profissionais do Setor de Serviço Social do Liceu de Artes enfrenta dificuldades no dia a dia, as quais afetam seu bem-estar e o acesso à permanência e ao bem viver. A contribuição dos/as assistentes sociais do Liceu foi essencial para atender a esse público, proporcionando apoio emocional e prático. Eles/as mostram a importância da assistência social em momentos em que a questão social impacta esse público, seja ajudando com questões financeiras, documentais ou oferecendo um espaço para relaxar e refletir.

Todas as pessoas têm o direito à cultura, pois é considerado um direito social fundamental no Brasil, conforme consta no artigo 215 e 216 da constituição federal de 1988. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988, art. 215).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural brasileiro compreende bens materiais e imateriais que expressam a identidade, a memória e a diversidade dos grupos sociais que formam a sociedade brasileira, abrangendo formas de expressão, modos de viver e criações artísticas e científicas (BRASIL, 1988, art. 216).

A garantia do direito à cultura, enquanto direito social, fundamenta a atuação do Serviço Social na mediação do acesso aos bens culturais, na valorização da diversidade e no fortalecimento da cidadania, em consonância com os princípios da Constituição Federal (BRASIL, 1988, arts. 215–216), da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993) e do Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 2012).

A Lei Orgânica da Assistência Social define que a assistência social tem como finalidade a garantia da proteção social, a prevenção de riscos sociais e a defesa de direitos, orientando a atuação profissional para a promoção da cidadania e do acesso aos direitos sociais, o que inclui o acesso aos bens culturais enquanto dimensão da vida social (BRASIL, 1993, art. 2º).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, analisamos a atuação dos/as 3 (três) assistentes sociais no Liceu de Artes, destacando sua importância no desenvolvimento cultural e social dos/as usuários/as. Evidenciamos como sua intervenção é crucial para promover um ambiente inclusivo e propício ao aprendizado artístico.

A pesquisa revelou opiniões divergentes entre os/as assistentes sociais sobre a influência das condições de trabalho na autonomia profissional, com algumas necessidades identificadas, como falta de equipamentos e parcerias. Apesar da satisfação com o espaço de atendimento, a segurança das informações foi comprometida pela falta de senhas nos computadores.

Os/as assistentes sociais desempenham uma atuação vital nas festas culturais, focando na proteção de crianças e adolescentes e garantindo suporte à equipe pedagógica. As iniciativas para apoiar alunos em situação de vulnerabilidade incluem trabalho em rede e visitas domiciliares. Contudo, a ausência de registros sistemáticos dificulta intervenções mais eficazes. A interação com os professores é essencial para identificar as necessidades dos/as alunos/as. Além disso, os assistentes sociais promovem palestras sobre temas sociais, aumentando a sensibilização e fomentando um ambiente inclusivo.

A avaliação dos/as usuários/as sobre o trabalho dos/as assistentes sociais é positiva, destacando o acolhimento e o suporte emocional. Os relatos mostram que esses profissionais ajudam em questões burocráticas e na inclusão de crianças em atividades culturais, especialmente em situações de vulnerabilidade. Essas contribuições são essenciais para o bem-estar dos/as usuários/as, evidenciando a relevância da assistência social em momentos críticos.

Observa-se a necessidade de mais pesquisas sobre a atuação dos/as assistentes sociais na política de cultura, especialmente em Parintins, onde o Festival Folclórico pode facilitar essa inserção. O Serviço Social no Liceu de Artes é fundamental para garantir acesso às oportunidades, abordando questões emocionais e sociais que impactam o desempenho dos/as alunos/as.

No contexto amazônico, onde existem diversas desigualdades, o assistente social é crucial para identificar e enfrentar os desafios que os alunos podem enfrentar fora da escola. A presença do Serviço Social no Liceu de Artes é, portanto, essencial para um ambiente inclusivo e um aprendizado transformador. Este é um campo novo de

pesquisa e estudo, e espera-se que outras investigações surjam, pois a atuação dos/as assistentes sociais na política de cultura é relativamente recente, contribuindo para viabilizar o acesso à cultura para todos.

## REFERÊNCIAS

MARK, K. **Processo de Trabalho e o Processo de Valorização**. In: ANTUNES, R (Org). **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: Uma Introdução crítica / José Paulo Netto e Marcelo Braz**. – 8 ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 1)

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

JÚNIOR PRADO, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Brasiliense, 1942.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso – o modelo japonês de trabalho e organização**. Traduzido por Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 1994.

PORTO, Ana Carla Vaz. **O Toyotismo e a precarização dos direitos trabalhistas**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, 2024.

C.D. Andrade. América. O Serviço Social na cena contemporânea. (2009).

IAMAMOTO, M. V & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** Marilda Villela Iamamoto. - 19. ed. - São Paulo, Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2, ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

FORD, Juliana Vianna; PEDROSO, Gustavo José de Toledo. **Considerações Benjaminianas sobre arte, cultura e Serviço Social**. Temporalis, Brasília (DF), 2023.

CASTRO, Priscila Rodrigues. **Uma reflexão sobre as contribuições da arte nas lutas sociais**. Temporalis, Brasília (DF), 2017.

BORJA, Bruno. **Cultura popular no capitalismo dependente: entre resistências e incorporações**. Temporalis, Brasília (DF), 2023.

TOMAZ, Marianna Andrade. **A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: uma análise do seu conceito na contemporaneidade**. UFMA - São Luís-Maranhão, 2013.

IANNI, Maria Theresa Ramos do Carmo. **A Democratização Cultural por meio das Leis de Incentivo no Brasil**. Espaço e Conhecimento, 2024.

**MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil)**. Lei de Incentivo à Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>.

**AMAZONAS (Estado)**. Secretaria da Cultura e Economia Criativa. Disponível em: [https://www.amazonas.am.gov.br/orgaos\\_entidades/secretaria-de-estado-de-cultura-e-economia-criativa](https://www.amazonas.am.gov.br/orgaos_entidades/secretaria-de-estado-de-cultura-e-economia-criativa), 2019.

BIELINSKI, Alba Carneiro. **O Liceu de Artes e Ofícios - sua história de 1856 a 1906**. 19&20, Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, jan. 2009.

Código de ética do/a assistente social. **RESOLUÇÃO CFESS nº 1.114/2025 de 4 de setembro de 2025.**

Código de ética do/a assistente social. **RESOLUÇÃO CFESS nº 1.098/2025 de 3 abril de 2025.**

Código de ética do/a assistente social. **RESOLUÇÃO CFESS nº 557/2009 de 15 de setembro de 2009.**

**Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

**Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990  
MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem: relatórios, laudos e pareceres.** São Paulo: Es. Veras, 2003.

TORRES, Mabel Mascarenhas e LANZA, Maria Bettiol. **Serviço Social: exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas.** Argumentum, Vitória (ES), v. 5, n. 1, p. 197-215, jan/jun. 2013.

MARCELINO, K. J. **A importância da estatística na atualidade.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010, Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-espaco-do-conhecimento/9822-a-importancia-da-estatistica-na-atualidade-karla-julia-marcelino>.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social.** – 2 ed. Revista – São Paulo: Cortez, 1999.

Código de ética do/a assistente social. **Resolução CFESS N° 845, de 26 de fevereiro de 2018.**

CASTILHO, Daniela R.; NASCIMENTO, Maria Antônia C.; GOMES, Vera Lúcia B. **O Serviço em Questão.** Ano XXIV – nº 49 – Jan a Abr/2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS E ABEPSS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **PESQUISA SOCIAL: TEORIA, MÉTODOS E CRIATIVIDADE**. 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BERGUE, S. T. **Cultura e Mudança Organizacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. CAPES: UAB, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1993.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

## APÊNDICE I - Roteiro de entrevista

NOME: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Tempo de atuação profissional no Liceu: \_\_\_\_\_

- **Sobre as condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais e suas formas de intervenção:**

1. Desde quando vocês são contratadas?
2. Vocês acham que as condições de trabalho e contrato influenciam na autonomia profissional de vocês?
3. Vocês estão satisfeitos em ter esta sala para atender os usuários do Liceu?
4. Quais são os meios necessários que ainda vocês estão precisando para realizar o trabalho de vocês?
5. A ventilação da sala de atendimento é adequada?  
O atendimento com a porta fechada é o necessário?  
Tem um espaço físico restrito próprio para guardar os arquivos e materiais técnicos?
6. As informações dos usuários/as são mantidas com segurança sigilosa em relatórios de atendimentos em entrevistas, estudos sociais e pareceres?
7. Os materiais técnicos confidenciais são lacrados para contribuir na inviolabilidade?.
8. Vocês têm o controle dos registros dos usuários/as autorizados/as com a identificação do(s) documento(s) como sigiloso(s) para proteção da privacidade dos dados pessoais?
9. Vocês garantem a segurança da informação dos dados dos usuários ao compartilhar emails? E o computadores utilizados tem proteção de senha para uso profissional?

- **As formas de intervenção dos/as Assistentes Sociais:**

1. Como é a atuação nas festas culturais? Qual é a importância dos/às assistências sociais estarem presente nestes momentos?
2. Quais iniciativas estão em andamento para viabilizar os direitos dos alunos em situações de vulnerabilidade social?
3. Vocês têm os índices de cada tipo de atendimento?
4. Como é feita a interação entre os Assistentes Sociais e os professores para garantir um suporte integral aos alunos?
5. Em quantas instituições vocês trabalham em rede?
6. Quais ações interventivas você considera mais relevantes no seu trabalho profissional?

- **Investigar a contribuição da atuação dos/as Assistentes Sociais junto aos usuários que participam dos cursos do Liceu.**

1. Como você avalia o trabalho dos/as Assistentes Sociais?
2. Você que já foi atendido pelo serviço social, conte-me qual a contribuição que este profissional fez diante do que você estava buscando no atendimento.